

**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento ó CONAB
Superintendência Regional do Pará**



**RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO 2012**



Belém(PA) 2013

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Eduardo da Silva Cordeiro
Gerente Financeiro e Administrativo ó GEFAD
e-mail: eduardo.cordeiro@conab.gov.br

Marciléa Ferreira Farias Noronha
Gerente de Operações e Suporte Estratégico ó GEOSE
e-mail: marcilea.noronha@conab.gov.br

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento ó CONAB
SUREG PA

RELATÓRIO DE GESTÃO ó EXERCÍCIO 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63 de 1º de setembro de 2010, das DN TCU nº 119 de 18 de janeiro de 2012 e nº 121 de 13 de junho de 2012, da Portaria TCU nº 150 de 3 de julho de 2012 e Portaria CGU nº 133 de 18 de janeiro de 2013.

SUREG PA

Belém(PA)- 2013

Sumário

Identificação da Unidade (Entidade).....	7
INTRODUÇÃO.....	8
Demonstrativo de Transferências Recebidas e Realizadas no Exercício.....	9
Transferências Mediante Convênio.....	9
Parecer da Auditoria Independente.....	9
1 - INFORMAÇÕES BÁSICAS.....	10
1.2 - Planejamento Estratégico e Seus Principais Macroprocessos.....	12
1.2.1 - Breve Análise Sobre o Planejamento Estratégico da Empresa Contemplando os Principais Aspectos de Seu Mapa Estratégico.....	12
1.2.2 - Breve Análise Sobre seus Principais Macroprocessos Relacionados aos Setores da Sociedade.....	13
1.2.3 - Principais Resultados Estratégicos Previstos Para os Próximos 5 Exercícios.....	14
2 - ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO.....	16
2.1 - Análise sobre o Ambiente de Gestão.....	16
2.1.1 - Comportamento do Mercado Agrícola.....	16
2.1.2 - Estratégia de Atuação da Empresa	18
2.1.3 - Contratação de Bens e Serviços	18
2.1.4 - Fatores de Risco e sua Gestão no Exercício em Análise e Para os Próximos Dois Exercícios.....	19
2.2 - Análise Sobre o Ambiente de Negócios.....	20
2.2.1 - Demanda por Serviços de Armazenagem e Apoio à Comercialização.....	20
2.2.2 - Mapeamento das Principais Empresas do Setor Privado que Prestam Serviços Análogos aos da CONAB.....	20
2.2.3 - Produtos e Serviços Oferecidos que Geram Receitas Próprias	21
2.2.4 - Principais Clientes por Produtos e Serviços dos Setores Público e Privado.....	21
3 - SUSTENTAÇÃO DE RENDA.....	23
3.1 - Análise das Principais Ações Ligadas à Compra e à Subvenção.....	23
3.1.1 - Relação de Produtos Agrícolas que Apresentaram Preços Abaixo do Preço Mínimo no Exercício e Dados Sobre sua Relevância Econômica e Social para o País.....	23
3.1.2 - Principais Critérios Adotados para Definição das Intervenções no Mercado por Produto e Para a Escolha do Instrumento Utilizado.....	23
3.2 - Análises dos Programas de Sustentação de Renda.....	24
3.2.1 - Programa de Aquisições do Governo Federal ó AGF.....	24
3.2.2 - Programa de Aquisição de Alimentos ó PAA.....	24
3.3 - Principais Indicadores de Desempenho do PAA.....	27
4 - PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO.....	28
4.1 - Análise das Principais Ações Ligadas à Venda.....	28
4.1.1 - Relação de Produtos Agrícolas que Foram Objeto de Intervenção no Mercado.....	28
4.1.2 - Principais Critérios Adotados para Definição das Intervenções no Mercado por Produto e Para a Escolha do Instrumento Utilizado.....	28
4.2 - Análises das Principais Ações de Venda Direta de Produtos com Subvenção e Sem Subvenção.....	28
4.2.1 - Venda em Leilão Público	28
4.2.2 - Venda em Balcão.....	29
4.3 - Principais Indicadores de Desempenho da Promoção do Abastecimento.....	31
6 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	32
6.1 - Armazenagem de Produtos Agrícolas.....	32
6.1.1 - Análise Sobre os Principais Resultados da Prestação de Serviços de Armazenagem de Produtos Agrícolas.....	32

6.1.2 - Quantidade Física e Financeira de Produtos de Terceiros Armazenados pela CONAB por Produto e por Classificação	32
6.1.3 - Avaliação Geral da Qualidade dos Estoques Armazenados.....	33
6.1.4 - Faturamento Total com Serviços de Armazenagem e Demonstração do Resultado Financeiro das Operações de Armazenagem de Produtos Agrícolas.....	33
6.1.5 - Principais Indicadores de Desempenho da Prestação de Serviços.....	33
7 - ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS ó ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO.....	34
7.1 - Análise Sobre a Situação dos Armazéns Utilizados pela CONAB.....	34
7.1.1 - Capacidade Estática de Armazenagem dos Armazéns Próprios da CONAB.....	34
7.1.2 - Quantidade Física e Financeira de Produtos Agrícolas Estocados em Armazéns Próprios da CONAB (Estoques Públicos).....	35
7.1.3 - Quantidade Física e Financeira de Produtos Agrícolas Estocados em Armazéns Contratados (Estoques Públicos).....	35
7.1.4 - Avaliação Geral da Situação Física dos Armazéns Considerando o Disposto no Decreto nº 3.855/2001 (Regulamenta a Lei de Armazenagem).....	35
7.1.5 - Capacidade Estática dos Armazéns Cadastrados pela CONAB Comparando com a Demanda Anual por Armazenagem por Produto e por Estado.....	38
7.1.6 - Ações de Capacitação de Mão-de-Obra do Setor Armazenador.....	38
7.2 - Análise das Ações de Fiscalização de Estoques Públicos.....	38
7.2.1 - Quantidade de Funcionários Alocados em Atividade de Fiscalização de Armazéns e Estoques Públicos.....	38
7.2.2 - Número de ocorrências de divergências entre o volume contabilizado pela CONAB em suas bases de dados e o estoque físico averiguado pelos fiscais, por produto e por Estado; Quantidade física e financeira de perdas de produtos agrícolas em estoques públicos; Quantidade física e financeira de produtos agrícolas averiguada em eventuais desvios em estoques públicos.....	39
7.2.3 - Quantidade de Armazéns Descredenciados no Exercício.....	39
7.2.4 - Avaliação Física Geral dos Armazéns Contratados pela CONAB.....	39
7.2.5 - Saldo de Débitos Relativos à Desvios ou Perdas em Estoques Públicos e Valores Recuperados em Perdas ou Desvios em Estoques Públicos, Valores Ajuizados em Razão de Débitos Relativos à Desvios ou Perdas em Estoques Públicos.....	39
7.3 - Análise das Ações de Movimentação de Estoques Públicos.....	40
7.3.1 - Demanda por Movimentação de Estoques por Unidade Armazenadora Relacionando os Volumes Físicos e Financeiros mais Expressivos Destacando os Motivos de Movimentação de Estoques e Valores Gastos com Fretes.....	40
7.3.2- Impacto nas Regiões em que os Estoques Foram Removidos e nas Regiões que Receberam os Estoques Destacando o Tipo de Produto e Reflexos na Cadeia Produtiva Local	40
7.4 - Principais Indicadores de Desempenho da Administração de Estoques Públicos.....	40
8 - GESTÃO TECNOLÓGICA.....	42
8.1 - Informações Sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da UJ.....	42
9 - GESTÃO ESTRATÉGICA.....	43
9.1- Análise da Implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa.....	43
10 - GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES.....	44
10.1 - Análise dos Principais Resultados do Projeto SigaBrasil.....	44
10.2 ó Outras Ações Relativas à Geração e Difusão de Informações.....	44
11- GESTÃO DE PESSOAS.....	46
11.1 - Alocação de Servidores.....	46
11.2 - Comunicação na Instituição.....	47
11.3 - Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho.....	48
11.4 - Ações de Conhecimento e Aprendizagem	48

11.5 - Informações Sobre Recursos Humanos da CONAB.....	49
11.5.1 - Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	49
11.5.2 - Composição do Quadro de Estagiários.....	52
11.5.3 ó Custos Associados à Manutenção dos Recursos Humanos.....	53
11.5.4 ó Locação de Mão-de-Obra Mediante Contratos de Prestação de Serviços.....	54
11.5.5 ó Demonstrativo de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados no Exercício	55
11.5.6 ó Perspectivas de Aposentadorias e Estratégia de Recomposição de Pessoal	55
11.5.7 ó Principais Indicadores de Desempenho da Gestão de Pessoas	56
11.6 - Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	57
11.7 - Análise Operacional e Orçamentária da Entidade de Previdência Complementar Patrocinada pela CONAB ó Instituto CONAB de Seguridade Social ó CIBRIUS:.....	57
11.7.1 ó Identificação da Unidade	57
11.7.2 - Valor Total das Contribuições Pagas Pelos Empregados Participantes	57
11.7.3 - Valor Total das Contribuições Pagas Pela Patrocinadora CONAB.....	57
11.7.4 - Demonstrativo do Valor Pago de Benefícios pelo CIBRIUS	57
12 - PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL.....	58
12.1 - Programas e Ações do PPA.....	58
12.1.1 - Análise do Cumprimento de Metas Físicas e Financeiras dos Programas e Ações de Responsabilidade da CONAB no PPA.....	58
12.1.2 - Principais Causas para Grandes Disparidades entre as Metas Planejadas e as Executadas e Comparativos com Exercícios Anteriores.....	58
12.1.3 - Indicadores de Desempenho Institucionais	59
12.1.4 - Providências Corretivas a Serem Tomadas para o Próximo Exercício.....	59
12.1.5 - Ações Orçamentárias de Outros Órgãos e Executadas pela UJ Através de Termos de Cooperação.....	59
12.2 - Restos a Pagar.....	60
12.2.1 - Análise Crítica dos Restos a Pagar Processados de Exercícios Anteriores.....	60
12.2.2 - Análise Crítica dos Restos a Pagar Não Processados de Exercícios Anteriores.....	61
12.3 - Demonstrações Contábeis	61
12.3.1-Demonstrações Contábeis Previstas na Lei nº6.404/76 Incluindo Notas Explicativas. 61	
VER ANEXO I ó PÁGINAS 63.....	61
12.4 - Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	61
13 - GOVERNANÇA E CONTROLES	62
13.1 - Controle Interno da UJ	62
13.2. Deliberações do TCU e CGU.....	63
13.2.1 - Informações Sobre as Providências Adotadas para Atender às Deliberações Exaradas em Acórdãos do TCU ou em Relatórios de Auditoria do Órgão de Controle Interno a que a Unidade Jurisdicionada se Vincula ou as Justificativas para o Não Cumprimento.....	63
ANEXO I.....	64

LISTA DE SIGLAS	
ADA	Ação de Distribuição de Alimentos
ADEPARÁ	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará
AGF	Aquisição do Governo Federal
BD	Benefício Definido
CAAF	Compra Antecipada da Agricultura Familiar
CAEAF	Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
CENTREINAR	Centro Nacional de Treinamento em Armazenagem
CFP	Companhia de Financiamento da Produção
CGU	Controladoria Geral da União
CIBRIUS	Instituto Conab de Seguridade Social
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
CONAD	Conselho de Administração
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COOMTEC	Cooperativa Mista de Trabalhadores
CPR	Cédula do Produtor Rural
CPR - Estoque	Formação de Estoque pela Agricultura Familiar
CPR ó Doação	Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea
CSLL	Contribuição Social sobre Lucro Líquido
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DN	Decisão Normativa
FUNARBE	Fundação Arthur Bernardes
IBRACON	Instituto de Auditores Independentes do Brasil
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços
INSS	Instituto Nacional de Previdência Social
IR	Imposto de Renda
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
LALUR	Livro de Apuração do Lucro Real
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MOC	Manual de Operações da Conab
NOVO CPR	Contas a Pagar e Receber
OCI	Órgão de Controle Interno
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAAnet	Objetivam reduzir a incerteza dos produtores quanto aos preços futuros estimulando, assim, a expansão da oferta agrícola. Durante a safra atuam como um seguro de preço, garantindo ao produtor uma renda mínima para sua produção, sendo fixados por Portaria Interministerial, após aprovação pelo Conselho Monetário Nacional, e servem de base para as aquisições do Governo Federal-AGF
PDVI	Plano de Desligamento Voluntário Incentivado
PEP	Prêmio para Escoamento de Produto
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PGPM Bio	Programa de Subvenção Federal ao Extrativismo
PIA's	Processos Internos de Apuração
PMTI	Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação

PNUD	Programa das Nações Unidas
PREVIC	Previdência Complementar
PRODEA	Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVB	Programa de Venda em Balcão
PSC	Plano de Cargos e Salários
RURALVAN	Telefonia Rural
SAS	Serviços de Assistência à Saúde da Conab
SEDUC-PA	Secretaria Estadual de Educação do Pará
SEGEO	Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta
SESC	Serviço Social do Comércio
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUFIS	Superintendência de Fiscalização de Estoques
SUGOF	Superintendência de Gastão da Oferta
SUPAF	Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar
SUREG PARÁ	Superintendência Regional Pará
SUREG-CE	Superintendência Regional do Ceará
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
UA	Unidade Armazenadora
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UG's	Unidades Gestoras
VEP	Valor de Escoamento do Produto

LISTA DE QUADROS		
Nº	TÍTULO	PAG
001	Itens da Parte C da DN TCU nº 119/2012 não Relacionados neste RG	8
002	Identificação da Unidade	10
003	Nomes e Períodos dos Principais Responsáveis	11
004	Contratos de Bens e Serviços	19
005	Principais Empresas do Setor Privado que Prestam Serviços de Armazenagem no Pará	21
006	Principais Clientes do Setor Público - Comercialização	22
007	Principais Clientes do Setor Privado - Comercialização	22
008	Principais Clientes do Setor Público - Armazenagem	22
009	Principais Clientes do Setor Privado - Armazenagem	22
010	Aquisições por Meio da CPR-Doação (MDS)	25
011	Aquisições por Meio da CPR-Estoque (MDA)	25
012	Quantidades e Recursos Dispendidos por Instrumento	26
013	Dez Maiores Operações na CPR-Doação com Recursos Oriundos do MDS	26
014	Dez Maiores Operações na CPR-Estoque com Recurso Oriundos do MDA	27
015	Principais Indicadores de Desempenho do PAA	27
016	Operações de Vendas em Leilão Público	29
017	Demonstrativo de Vendas do PROVB ó SUREG-PA - Período de 2010 a 2012	30
018	Dez Maiores Operações de Vendas em Balcão	30
019	Demonstrativo Geral das Aquisições e Vendas dos Estoques	31
020	Principais Indicadores de Desempenho da Promoção do Abastecimento	31
021	Estoque de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias	32
022	Resultado dos Serviços de Armazenagem - SUREG-PA	33
023	Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns	34
024	Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias	35

LISTA DE QUADROS		
Nº	TÍTULO	PAG
025	Obras Realizadas nas Unidades Armazenadoras	36
026	Plano de Investimentos Para a Certificação das Unidades Armazenadoras	37
027	Capacidade Estática de Armazenagem x Demanda	38
028	Demonstrativo das Remoções Contratadas	40
029	Principais Indicadores de Desempenho da Administração de Estoques Públicos	41
030	Ações de Capacitação Realizadas	49
031	Força de Trabalho da UJ ó Situação Apurada em 31/12	49
032	Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ ó Situação em 31/12	50
033	Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ	50
034	Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária	51
035	Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade	51
036	Composição do Quadro de Estagiários	52
037	Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores	53
038	Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	54
039	Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	54
040	Perspectivas de Aposentadoria(Por Tempo de Serviço)	55
041	Principais Indicadores de Desempenho da Gestão de Pessoas	56
042	Identificação da Unidade (Entidade)	57
043	Ações Orçamentárias da UJ	58
044	Ações de Outros Órgãos Executadas pela UJ	59
045	Situação dos Restos a Pagar dos Exercícios Anteriores	60
046	Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	61
047	Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	62
048	Recomendações do OCI Pendentes no Exercício	63
ANEXO I.....		64

INTRODUÇÃO

Este Relatório contempla os atos de gestão praticados pela Superintendência Regional do Pará, da Companhia Nacional de Abastecimento ó CONAB, durante o exercício de 2012.

O documento foi elaborado de acordo com a Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União ó DN TCU nº 119/2012, de 18/01/2012. A CONAB atenderá aos itens da Parte C ó Informações Customizadas da CONAB.

Dentre as principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos traçados pela SUREG PARÁ para o exercício de 2012, podemos mencionar as de caráter física em que se encontram as Unidades Armazenadoras de Ananindeua, Marabá e Santarém, que necessitam de urgentes obras de civis, elétricas, hidrosanitária, e de pavimentação/arruamento, para o adequado funcionamento dessas Unidades e, indispensáveis à obtenção da certificação, estabelecida na IN MAPA nº 041/2010.

O prédio da Sede da SUREG PARÁ, também necessita de obras em diversas áreas, mas a que merece destaque é a recuperação do telhado, apresentando diversas goteiras, pondo em risco documentos, equipamentos e, sobretudo, a integridade física dos colaboradores que circulam com mais frequência nas salas da Secretaria Geral da Superintendência Regional.

Existem, ainda, as dificuldades relacionadas à gestão de pessoal, agravadas por assuntos de grande complexidade, cuja solução extrapola os limites de competência da SUREG PARÁ, os quais têm relação direta com o futuro de grande parte do corpo funcional da Companhia, como a assistência médica para ex-empregados, a indefinição quanto à flexibilidade para ingresso no CIBRIUS, a deflagração de um Plano de Desligamento Voluntário Incentivado ó PDVI atrativo.

Essas questões, acabam dificultando a renovação do quadro de empregados da Companhia, tornando-o cada vez mais envelhecido e trazendo desdobramentos negativos, como a elevado nível de afastamento por doença, causado pela idade avançada.

A seguir estão indicados os itens requeridos pela Parte C da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e Art 4º da Decisão Normativa nº 121/2012 que não constam no presente documento, assim como a correspondente justificativa:

Quadro 001 ó Itens da Parte C da DN TCU nº 119/2012 não Relacionados neste RG

Descrição		Justificativa
1. Informações Básicas		
1.1	Nome do auditor independente	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Descrição e composição da estrutura de governança corporativa	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Colegiada, Presidente, Diretor de Operações e Abastecimento, Diretor de Política Agrícola, Diretor Administrativo, Diretor Financeiro, Auditor interno e Ouvidor	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
3. Sustentação de Renda		
3.2.2	Contratos de Opção de Venda	Não operacionalizado pela SUREG-PA
3.2.3	Prêmio para o Escoamento de Produto ó PEP (compra)	Não operacionalizado pela SUREG-PA
3.2.4	Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa - PEPRO	Não operacionalizado pela SUREG-PA
4. Promoção do Abastecimento		
4.2	Prêmio para o Escoamento de Produto ó PEP (venda)	A CONAB não realiza operações de PEP para venda de produtos
4.2.3	Valor para Escoamento do Produto - VEP	Não operacionalizado pela SUREG-PA
5. Articulação e Organização do Abastecimento		
5.1	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado	Não operacionalizado pela SUREG-PA

Descrição		Justificativa
	Hortigranjeiro - Prohort	
5.2	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos - Refap	Não operacionalizado pela SUREG-PA
5.3	Principais indicadores de desempenho	Não operacionalizado pela SUREG-PA
6. Prestação de Serviços		
6.2	Leilões de Terceiros	Não se aplica à natureza jurídica da UJ, a informação será apresentado somente no Relatório da Matriz
6.3	Análise sobre os principais resultados da prestação de serviços de classificação de produtos agrícolas	Não há conteúdo a ser declarado, pois o serviço não é prestado pela SUREG PARÁ
11. Gestão de Pessoas		
11.5	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
11.7	Resultado Financeiro do CIBRIUS	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz
12. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil		
12.3	Demonstrativo de Transferências Recebidas e Realizadas no Exercício	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
12.4	Transferências Mediante Convênio	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
12.6	Composição dos Investimentos da Empresa	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz
12.7	Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	Não houve ocorrência na UJ
12.7	Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ	Não houve ocorrência na UJ
12.8	Parecer da Auditoria Independente	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz
13. Governança e Controles		
13.2	Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	Não houve ocorrência na UJ
13.2	Deliberações do TCU Pendentes no Exercício	Não houve ocorrência na UJ
13.2	Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI	Não houve ocorrência na UJ
13.3	Auditoria Interna	Informação será prestada no Relatório da Matriz

INFORMAÇÕES CUSTOMIZADAS DA CONAB

1 - INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1 ó Informações Gerais Sobre a UJ

Quadro 002 - Identificação da Unidade

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: EXECUTIVO		
Órgão de Vinculação: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO		Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO		
Denominação Abreviada: CONAB		
Código SIORG: 087379	Código LOA: NÃO SE APLICA	Código SIAFI: 135242
Situação: EM FUNCIONAMENTO		
CNPJ: 26.461.699/0078-60	Natureza Jurídica: EMPRESA PÚBLICA	
Principal Atividade: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL		Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de Contato: 3218.(91) 3218.3600 3637 ó 3225.4889		
Endereço Eletrônico: pa.gefad@conab.gov.br		
Página da Internet: www.conab.gov.br		
Endereço Postal: Rua Joaquim Nabuco, nº 23, bairro de Nazaré ó Belém ó Pará ó CEP: 66.055-300		
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de Criação e Alteração da Unidade Jurisdicionada		
Decreto nº 6.407, de 25/03/2008		
A Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, foi constituída nos termos do art. 19, inciso II, da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990. é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O seu Estatuto Social foi aprovado pelo Decreto 99.994, em 26/12/1990.		
A Superintendência Regional do Pará ó SUREG-PA é parte integrante da estrutura organizacional da CONAB, tendo sido criada pela Resolução CONAD nº 05, de 11 de maio de 1998, mediante deliberação do Conselho de Administração da Companhia em sua 62ª Reunião Ordinária realizada em 08 de maio de 1998.		
Outras Normas Infralegais Relacionadas à Gestão e Estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Legislação de Armazenagem: Decreto nº 1.102, de 21/11/1903; Decreto nº 3.855, de 03/07/2001 e Lei nº 9.973, de 29/05/2000.		
Manuais e Publicações Relacionadas à Gestão e Estrutura da Unidade Jurisdicionada		
MOC, NOC, Regulamento de Pessoal e Regimento Interno		
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	Título Resumido
135242	SEDE SUREG PARÁ	SUREG PAPÁ
135243	Unidade Estoque Estratégico Pará	ESTOQUE ESTRATÉGICO
135244	Unidade PGPM PARÁ	PGPM PARÁ

135245	Unidade Armazenadora de Ananindeua	UA ANANINDEUA
135393	Unidade Armazenadora de Santarém	UA SANTARÉM
135434	Unidade Mercado de Opções PARÁ	MO PARÁ
135532	Unidade Armazenadora de Marabá	UA MARABÁ
135546	Unidade PAA PARÁ	PAA PARÁ
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
22211	Companhia nacional de Abastecimento	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão
SEDE SUREG PARÁ		22211
Unidade Estoque Estratégico Pará		
Unidade PGPM PARÁ		
Unidade Armazenadora de Ananindeua		
Unidade Armazenadora de Santarém		
Unidade Mercado de Opções Pará		
Unidade Armazenadora de Marabá		
Unidade PAA PARÁ		

Fonte: Gefad/Sureg-PA

Quadro 003 ó Nomes e Períodos dos Principais Responsáveis

Nome e Período de Gestão dos Principais Responsáveis
Superintendência Regional do Pará Superintendente: José Americo Boução Viana - Período: de 19/02/2003 a 25/06/2012 Superintendente: Moacir da Cruz Rocha ó Período de 26/06/2012 a 31/12/2012
Gerentes de Área GERÊNCIA DE OPERAÇÕES E SUPORTE ESTRATÉGICO - GEOSE Gerente: Karina Ladeira Guerreiro Vilar de Melo ó Período: de 01/12/2007 a 31/12/2012
GERÊNCIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO - GEFAD Gerente: Rosanna de Angelis Vallinoto Costa ó Período: de 10/12/2001 a 26/06/2012 Gerente: Eduardo da Silva Cordeiro ó Período: de 27/06/2012 a 31/12/2012
Gerentes das Unidades Armazenadoras UA ANANINDEUA Gerente: Cincinato Marcelino José de Souza Clemente ó Período: de 24/06/2003 a 31/12/2012
UA MARABÁ Gerente: Paulo Sérgio Peres de Souza ó Período: de 24/11/2005 a 31/12/2012
UA SANTARÉM Gerente: Francisco Xavier Barros Telles Neto ó Período: de 01/02/2010 a 31/12/2012

Fonte: Gefad/Sureg-PA

1.2 - Planejamento Estratégico e Seus Principais Macroprocessos

1.2.1 - Breve Análise Sobre o Planejamento Estratégico da Empresa Contemplando os Principais Aspectos de Seu Mapa Estratégico

A CONAB, empresa oficial do Governo Federal, tem por finalidade executar as políticas agrícolas voltadas ao segmento do abastecimento agroalimentar, atuando em todo o território nacional por meio de suas Superintendências Regionais, visando assegurar o atendimento de necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando mecanismos de mercado, garantindo renda ao produtor rural e a regularidade do abastecimento agroalimentar.

O Planejamento Estratégico da CONAB, concebido em 2003, objetivou capacitar a Companhia para novos desafios, no sentido de atender as demandas do governo federal à época. Foi utilizada a metodologia do *Balanced Scorecard*-BSC para o seu desenvolvimento, que ocorreu de forma compartilhada, envolvendo equipes de líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes e Coordenadores de áreas da Presidência) e das Regionais (10 Superintendentes Regionais), além de alguns gerentes, assessores e técnicos, que compuseram as equipes de Desenvolvimento e Multiplicadores durante o processo de implantação.

Os principais produtos gerados foram o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração de missão e visão e a proposta de valor aos diferentes públicos-alvo da Companhia.

Estruturado em cinco perspectivas ó excelência organizacional interna, integração, financeira, processos internos e sociedade, as quais englobam um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela organização no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional, esse Mapa buscou traduzir a estratégia organizacional, assim como criar um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores.

Aprovado o planejamento em 2004, nos dois anos subsequentes houve um esforço para implementação das estratégias definidas para o horizonte de cinco anos (2005 a 2009), com a definição de metas, apuração de indicadores, monitoramento de resultados, designação de responsáveis por projetos e reuniões de análises estratégicas com as lideranças da CONAB.

No entanto, a partir de 2007, com a mudança na alta direção, o planejamento estratégico foi descontinuado, assim como foram desconstituídos os grupos formados para seu acompanhamento.

Por força do Acórdão da 2.^a Câmara do TCU, n.º835/2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico, em virtude dos riscos de gestão decorrentes da falta de utilização desse instrumento, foi criado, em 2011, grupo de trabalho com a finalidade de resgatar o processo de planejamento. Dentre as recomendações apresentadas pelo grupo, foi proposta a criação de uma unidade orgânica específica para a elaboração e execução do planejamento estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao CONAB, além da contratação de uma consultoria visando auxiliar a CONAB na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Novo grupo de trabalho foi constituído em 2012, o qual ficou encarregado de validar os objetivos estratégicos, metas e projetos que permitiriam alinhar a gestão ao cumprimento da missão institucional. Como resultado, foram atualizados os objetivos e indicadores constantes do Mapa Estratégico. No entanto, embora avalizados pela Diretoria, os indicadores não chegaram a ser apurados nesse exercício, por necessitarem de ferramenta específica para seu monitoramento, não disponível em versão atualizada, e dependente de aprimoramento a ser efetuado com os produtos decorrentes da licitação a ser encaminhada.

Paralelamente, deu-se início à elaboração do Termo de Referência para contratação de empresa especializada no tema. A vencedora do certame responderá pela implantação e operação assistida da unidade de apoio à gestão integrada da estratégia. Além dos produtos previstos,

espera-se que, com o apoio de consultoria especializada, haja a transferência de conhecimento, por meio de capacitações e operações realizadas no próprio ambiente de trabalho, de forma a elevar o nível de maturidade em gestão e governança na CONAB e facilitar o seu desdobramento para as Superintendências Regionais.

A missão institucional da CONAB é Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.

O cumprimento da missão implica em gerar valor aos diferentes públicos alvo da Companhia:

- Produtor rural: preço e renda, regulação do abastecimento, política agrícola de curto, médio e longo prazos e apoio no fortalecimento e organização do setor.
- Consumidor final: acesso aos alimentos básicos no comércio varejista a preços acessíveis.
- Usuários de informações: confiabilidade, tempestividade, regularidade, acesso democrático, gratuidade, consistência, abrangência e atualidade.
- Comunidades carentes: atendimento de suas necessidades alimentares imediatas com prontidão no atendimento e qualidade dos produtos.
- Parceiro: cumprimento de seu papel institucional, execução, cumprimento do objeto dos convênios firmados, capacidade técnica e operacional, efetividade nas ações e velocidade de resposta.
- Governo e Cidadão: cumprimento do papel institucional com transparência, ética, responsabilidade, fidelidade no cumprimento da legislação, racionalidade na aplicação dos recursos e agregação de valor à imagem do Governo.

A visão é descrita em três pontos:

- Ser reconhecida como centro de excelência na formulação, execução e difusão de políticas de segurança alimentar.
- Ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agrícola e de abastecimento.
- Ser reconhecida pela excelência no exercício de seu papel institucional e na execução dos serviços prestados.

1.2.2 - Breve Análise Sobre seus Principais Macroprocessos Relacionados aos Setores da Sociedade

Apresentamos a seguir uma breve análise sobre os principais macroprocessos relacionados à perspectiva da sociedade, desenvolvidas pela SUREG-PA em 2012, que são: sustentação de renda, promoção do abastecimento, atendimento a parceiros, prestação de serviços, administração de estoques públicos, geração e disseminação de informações e conhecimentos.

Cabe salientar, que o Planejamento Estratégico e seus Macroprocessos estão em fase de reavaliação, considerando o novo alinhamento da gestão, conforme descrito no capítulo 9.

a) Macroprocesso de Sustentação de Renda

No exercício de 2012 a SUREG-PA operacionalizou dois instrumentos referentes a esse macroprocesso: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Aquisição do Governo Federal ó (AGF).

As ações do PAA concentraram-se na CPR ó Doação e CPR ó Estoque, enquanto que a AGF foi utilizada para a aquisição de sacaria para ensaque de milho em grãos destinado ao Programa de Venda em Balcão.

b) Macroprocesso de Promoção do Abastecimento

Durante todo o exercício de 2012 a SUREG-PA operacionalizou o Programa Venda em Balcão, e em um evento específico ofertou a venda em leilão o produto feijão desclassificado para fins de ração animal.

c) Macroprocesso de Atendimento a Parceiros

Com relação a este macroprocesso, a SUREG-PA no exercício de 2012 efetuou a aquisição e armazenamento de produtos destinados a programa sociais, tais como: a aquisição e entrega de cestas de alimentos destinadas às famílias em insegurança alimentar de acordo com a seleção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; manteve o armazenamento de produtos destinados ao Programa Feira do Peixe, do Ministério da Pesca e Aquicultura, e armazenamento de produtos destinados à ajuda humanitária do Ministério da Integração Nacional, que nestes casos, estão também vinculados ao macroprocesso de prestação de serviços.

d) Macroprocesso de Prestação de Serviços

A SUREG-PA realizou em 2012 a prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros e estoques públicos, em armazéns convencionais.

e) Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos

A SUREG-PA realizou as ações de administração dos estoques públicos nas 03 unidades armazenadoras sob sua jurisdição, localizadas nas cidades de Ananindeua, Marabá e Santarém.

f) Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos

A SUREG-PA, ao longo do ano de 2012, realizou os seguintes serviços de disseminação de informação e conhecimentos : avaliação de safra, custo de produção, conjuntura agropecuária, estudo de logística, valor bruto de produção, análise de cadeias produtivas, séries históricas e estatísticas agrícolas, cadastro de fornecedores, informações quanto ao abastecimento social, e o cadastro de armazéns.

1.2.3 - Principais Resultados Estratégicos Previstos Para os Próximos 5 Exercícios

A CONAB, como agente oficial encarregado de cuidar do abastecimento público de alimentos e matérias-primas agropecuárias, está diretamente envolvida na formulação e execução das políticas de sustentação da renda dos produtores a fim de assegurar sua capacidade de expansão, atuando, ainda, na complementação da oferta da capacidade de armazenamento. Portanto, necessita estar atenta ao crescimento da produção e do comércio agrícola e programar suas atividades futuras de acordo com as perspectivas dos mercados. Ademais, procura definir políticas específicas de apoio ao pequeno agricultor familiar, de modo a assegurar que o comércio de sua produção seja

rentável e que também seja preservada a continuidade de suas atividades.

Nesse sentido, as ações da Companhia, planejadas e organizadas, podem contribuir com a geração de renda e emprego, no campo e nas cidades; regularizar o abastecimento dos principais alimentos em todo o território nacional, minimizando possíveis impactos sobre a inflação; contribuir para o acesso à alimentação de uma parcela significativa da população que se encontra em situação de insegurança alimentar e nutricional; promover o uso da agrobiodiversidade, além de valorizar e resgatar hábitos alimentares regionais.

Entretanto, como decorrência de deficiências de gestão acumuladas nos últimos anos, a Companhia, hoje, apresenta problemas conjunturais e estruturais que demandam ações de reordenamento, com vistas a resgatar sua capacidade técnica e administrativa, restaurar sua imagem e proporcionar o alcance de seu pleno potencial, devendo, para tanto, priorizar 24 projetos estratégicos nas áreas de pessoal, planejamento, estrutura organizacional, armazenagem, abastecimento e geração de informação e conhecimentos.

Entre os projetos voltados para a gestão de pessoas estão a elaboração de um novo plano de cargos, carreira e salários; a criação da Universidade Corporativa da CONAB; e um plano de estímulo à participação de todos os empregados no Instituto de Seguridade Social-Cibrius. No âmbito da estratégia e estrutura organizacional, deverão ser retomadas as atividades do planejamento estratégico e realizados estudos para a modernização da organização, bem como implementada a gestão participativa na Companhia. Assim como deverá elaborar uma política para sua rede armazenadora, a CONAB deverá participar da construção do Plano Nacional de Armazenagem. Os resultados almejados para a geração e disseminação de Informação e Conhecimento contarão com projetos como: definição de coeficientes acerca da capacidade de trabalho e eficiência de campo das máquinas e implementos agrícolas; elaboração de metodologia de custos de produção para a atividade integrada agricultura-pecuária; aperfeiçoamento da metodologia de previsão da safra agrícola com uso da geotecnologia; desenvolvimento de cálculo da receita bruta dos produtores rurais brasileiros. O abastecimento social estará contemplado mediante projetos que fortaleçam a parceria nas ações voltadas à complementação alimentar, ao apoio à organização de pequenos varejistas e modernização dos mercados hortícola e frutícola, complementados com a implantação de programa de sustentabilidade nos terminais hidroviários da Amazônia.

Entende-se que os resultados desses projetos serão oportunos para efetivar as necessárias transformações na gestão e na imagem institucional da Companhia.

2 - ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO

2.1 - Análise sobre o Ambiente de Gestão

2.1.1 - Comportamento do Mercado Agrícola

O mercado agrícola no Estado do Pará em 2012 apresentou comportamento de alta de preços como o observado, principalmente, com as culturas da mandioca e a soja, para esta última, proporcionando expansão no plantio. Houve também pequenos recuos na área de produção como constatado no cultivo do feijão em função de problemas logísticos.

Já para os produtos extrativos presentes no Estado do Pará, somente a borracha teve preços abaixo do mínimo estipulado pelo governo, o que proporcionou acesso ao Programa de subvenção federal da sociobiodiversidade para alguns extrativistas.

A seguir discorrem-se algumas considerações sobre o comportamento de preços e sobre a avaliação de safra das principais culturas.

a) Produto: Mandioca

O mercado local do produto farinha de mandioca apresentou comportamento de elevação de preços recebidos pelo produtor em todo o Estado do Pará no ano de 2012. De janeiro a dezembro, a média de preços recebido pelo produtor para a saca de 60 kg, oscilou de R\$ 82,23 para R\$ 190,80, ou seja, um forte acréscimo de 137,83 %.

A raiz de mandioca também apresentou forte alta de preços acompanhando o seu subproduto farinha, sendo que, o preço médio no Estado em janeiro custava R\$ 180,35/t e passou em abril para R\$ 267,50/t, um aumento de 48,32%.

Quanto à safra, a área colhida apresentou um leve aumento de 2,20% em relação ao ano de 2011, no entanto, não representou aumento na produção, pois houve um recuo de 0,61%.

As altas de preços, portanto, estão supostamente relacionadas à migração de mão-de-obra para a cultura do dendê (biodiesel), à lenta modernização do processo industrial e à falta de políticas de incentivo à cultura e até mesmo problemas climáticos em outras regiões, como também, a desorganização do setor.

b) Produto: Feijão Caupi

O feijão caupi também registrou aumento de preços no acumulado dos 12 meses do ano de 2012. De janeiro a dezembro, a média de preços recebidos pelo produtor no Estado oscilou de R\$ 104,54 para R\$ 124,00 / saca de 60 kg, gerando um acréscimo de 18,61%. O menor preço foi registrado no final da safra, especificamente, em outubro, ficando o preço a R\$ 104,00/saca de 60kg.

Quanto a safra, a área colhida teve uma redução de 5,95% em relação ao ano de 2011, como também, apresentou um recuo de 8,16% na produção da cultura, isso em função da menor quantidade de semente disponível para o plantio. O rendimento da cultura aumentou de 693 kg/ha em 2011 para 701 kg/ha em 2012, uma elevação de 1,15%.

Quanto ao mercado, este se concentra principalmente na região de Bragança no período de agosto a outubro.

c) Produto: Arroz

O arroz acompanhou a alta de preços dos alimentos com um aumento registrado de 30,24% nos período dos 12 meses do ano de 2012. No entanto, os maiores aumentos se registraram a partir da chegada da entressafra de agosto a dezembro. Em janeiro o preço da saca de 60 kg do arroz com casca, no nível de comercialização, preços recebidos pelo produtor, custava R\$35,93 / saca de 60 kg e em dezembro R\$ 46,80/saca de 60 kg.

A cultura teve redução de área em comparação ao ano anterior, de 4,43% e um aumento de produção 0,88%, como também, aumento de produtividade em função de incremento de tecnologia.

d) Produto: Milho

Os preços do milho apresentaram redução no comparativo de janeiro a dezembro, pois, pouca oscilação ocorreu mesmo no período de entressafra. O preço observado em janeiro foi de R\$ 34,39/saca de 60 kg e em dezembro R\$ 34,31/saca de 60 kg, no nível de comercialização, ou seja, preços recebidos pelo produtor.

Quanto à safra, a cultura do milho apresentou elevação de 2,14 % na área plantada, 11,46 % na produção e 9,12 % no rendimento em comparação ao ano anterior. Isso foi motivado principalmente pela elevação dos preços nos mercados externos, o qual é destino do milho paraense, produzido por produtores especializados. Os números da safra ficaram em 604.799 t.

e) Produto: Soja

A soja apresentou aumentos consideráveis de preços ao nível do produtor, sendo que, em janeiro de 2012 a saca de 60 kg estava cotada a R\$ 43,27 e em dezembro havia aumentado para R\$ 61,33, portanto bastante atrativo à expansão da cultura.

A safra da cultura no estado do Pará também constatou-se acréscimos sendo 12,57% na área colhida, 18,63 % na produção e 5,38% no rendimento. Estes aumentos também estão associados aos bons preços no mercado e ao incremento de mais tecnologia. A região sul do Pará tem expandido sua área de produção em função de ter novo mercado com a indústria esmagadora no Maranhão.

f) Produtos da Sociobiodiversidade

Dos produtos pesquisados da sociobiodiversidade o açaí teve média estadual de preços na safra de R\$ 1,62 a R\$ 1,66/kg do produto, sendo que seu preço mínimo estipulado é de 0,90/kg, não dando, portanto acesso à subvenção.

Para a castanha-do-brasil as médias pesquisadas na safra do produto foram de R\$ 1,57/kg no início da safra e R\$ 1,35/kg no final, não possibilitando também o acesso à subvenção, pois o seu preço mínimo é de R\$ 1,05/kg.

Para o produto borracha natural os preços médios observados nas praças do Estado durante o ano de 2012 foram de R\$ 2,34 e R\$2,50, possibilitando acesso à subvenção da borracha que tem seu preço mínimo estipulado a R\$ 3,91/kg. Os extrativistas de borracha no Estado do Pará receberam em subvenção em 2012 o montante de R\$ 119.419,45.

2.1.2 - Estratégia de Atuação da Empresa

Com base no alinhamento estratégico seguido pela CONAB, as principais atividades desenvolvidas pela SUREG-PA contemplaram:

- a gestão dos estoques públicos envolvendo a formação dos estoques, considerando as etapas de aquisições e remoções, vinculadas às demandas dos programas sociais desenvolvidos em parceria com outros órgãos do Governo Federal;
- a ação de fiscalização dos estoques públicos realizada nas três unidades armazenadoras sob jurisdição da SUREG-PA, duas vezes ao ano;
- a fiscalização das operações de vendas em balcão, destinada a verificar a regularidade ou não das operações, promovendo o cancelamento ou a confirmação dos cadastros técnicos efetivados;
- o apoio às fiscalizações das operações do PAA no Estado do Ceará, com consequente treinamento de dois fiscais da regional do Pará, sob o acordo de que as fiscalizações das operações do Estado do Pará seriam realizadas por fiscais de outra unidade da federação;
- o armazenamento de produtos beneficiados e produtos ensacados, próprios e de terceiros;
- a coleta de informações sobre safras e custos de produção.
- o atendimento a programas sociais do Governo, incluindo as parcerias com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Integração Nacional / Secretaria Nacional de Defesa Civil, Ministério da Pesca e Aquicultura / Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Pará, SESC-MESA BRASIL, no que se refere à Ação de Distribuição de Alimentos, Programa de Aquisição de Alimentos, armazenamento de produtos destinados à ajuda humanitária e Programa Feira da Agricultura Familiar.

Em 2012, por meio da atuação da SUREG-PA foi possível adquirir em torno de 1.401 toneladas de alimentos para doação às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, com o atendimento a cerca de 40.000 famílias, distribuídas pelos segmentos beneficiários de acampados, indígenas, quilombolas, comunidades de terreiros, movimento de atingidos por barragem, pescadores artesanais e atendimentos à defesa civil nos Estados de Roraima e Amazonas.

2.1.3 - Contratação de Bens e Serviços

As contratações de bens e serviços no âmbito da SUREG PARÁ, são pautadas na legislação vigente e obedecem ao que preconiza a Resolução CONAB nº 013, de 22/12/2010, no que tange aos limites de competência, delegados aos gestores para autorizar a deflagração dos certames licitatórios.

Assim, visando proporcionar as condições favoráveis à consecução dos objetivos finalísticos da Companhia na jurisdição do Estado do Pará, no que tange ao suprimento de bens e serviços, foram celebrados os seguintes contratos:

Quadro 004 ó Contratos de Bens e Serviços

RAZÃO SOCIAL	CNPJ	OBJETO	VALOR/MÊS	VIGÊNCIA
ADEPARÁ	05470347/0001-11	Classificação de produtos	R\$ 7.500,00/Anual Estimado	03/08/2009 a 02/08/2014
CIEE	61600839/0001-55	Agente de integração de estágio	R\$ 1.083,33/Mês	01/08/2012 a 30/07/2013
ELEVADORES OK	04615616/0001-28	Manutenção do elevador da Sede SUREG PARÁ	R\$ 450,00/Mês	08/10/2012 a 07/10/2013
L A VIAGENS	04613668/0001-65	Reserva e emissão de passagens aéreas	R\$ 46.767,10/Anual Estimado	13/12/2011 a 12/12/2012
LG SERVIÇOS	06028733/0001-10	Serviços de limpeza	R\$ 4.657,60/Mês	27/10/2012 a 26/10/2013
MARAJÓ LOCAÇÃO	63859961/0001-76	Locação de veículos	R\$ 28.017,92/Anual Estimado	18/06/2012 a 17/06/2013
PAIVA & BORGES	05802737/0001-41	Serviços Advocatícios	R\$ 7.529,16/Mês	
POSTO INVENCÍVEL	04901294/0001-83	Fornecimento combustível	R\$ 1.242,86/Mês Estimado	07/12/2012 a 06/12/2013
SERVI-SAN LTDA	06855175/0007-52	Serviços motorista	R\$ 6.666,67/Mês	01/10/2012 a 30/09/2013
E SANTOS LTDA	03257467/0001-00	Serviços de vigilância	R\$ 59.494,81/Mês	24/04/2012 a 23/04/2013
VENEZA SERVIÇOS	11399787/0001-22	Serviços de braçagem	R\$ 19,00/Tonelada Estimado	04/05/2012 a 03/05/2013

Fonte: Supad/Gecot

2.1.4 - Fatores de Risco e sua Gestão no Exercício em Análise e Para os Próximos Dois Exercícios**a) Exposição dos Empregados a Riscos de Natureza Física**

No desempenho das atividades laborais, os empregados da SUREG PARÁ, em certas ocasiões, são expostos a riscos de naturezas diversas.

A exposição aos riscos de natureza física, fica evidenciada pelo precário estado de conservação das UG's jurisdicionadas, especialmente as Unidades Armazenadoras de Ananindeua, Marabá e Santarém, que necessitam de urgentes obras de reforma civis, elétricas, hidro-sanitárias, de pavimentação, entre outras, que garantam mais segurança aos colaboradores.

A situação dos empregados da Sede da SUREG PARÁ, no que diz respeito aos riscos físicos, é menos preocupante, em razão do bom estado de conservação do prédio.

Contudo, os riscos físicos podem ser observados, também, nas salas da Secretaria Geral da Superintendência, onde existem várias goteiras, agravadas pelas frequentes e intensas chuvas que costumam cair em nossa região no primeiro semestre.

b) Exposição dos Bens Móveis e Imóveis aos Riscos Físicos

O péssimo estado de conservação dos imóveis, excetuando-se, o prédio da Sede, provoca riscos físicos a esses imóveis, bem como aos móveis neles agrupados.

c) Exposição dos Empregados a Riscos de Natureza Financeira

A falta de qualificação de parte do corpo funcional da SUREG PARÁ, pode provocar a exposição a eventuais riscos financeiros, decorrentes, por exemplo, de ações judiciais movidas por empregados que se sentirem prejudicados em Processos Internos de Apuração ó PIA's, requerendo indenizações, sob alegação de terem sido vítimas de assédio moral entre outras.

Em que pese ainda não ter sido configurada nenhuma situação dessa natureza, no âmbito da SUREG PARÁ, o risco é iminente.

d) Ações Adotadas para Sanar/Minimizar os Riscos

No que tange aos riscos físicos, provocados pelo péssimo estado de conservação dos imóveis da União, sob a responsabilidade desta SUREG PARÁ, está em fase de conclusão a contratação de escritório de arquitetura, para elaboração dos projetos, imprescindíveis à execução das obras nas Unidades.

Essa medida deve minimizar os riscos físicos, tanto dos empregados, quanto dos bens móveis e imóveis, proporcionando maior celeridade na contratação dessas obras e garantindo, assim, mais segurança ao corpo funcional, bem como ao patrimônio.

A realização de treinamento específico para a condução dos PIA's, certamente ajudaria a minimizar os riscos financeiros, a que estão expostos a SUREG PARÁ e, por conseguinte, os empregados, sujeitos a serem penalizados por eventuais prejuízos financeiros causados, decorrentes de Processos Internos de Apuração mal conduzidos.

2.2 - Análise Sobre o Ambiente de Negócios

2.2.1 - Demanda por Serviços de Armazenagem e Apoio à Comercialização

A demanda por serviços de armazenagem é formada principalmente pela Secretaria de Estado de Educação do Pará, no armazenamento de produtos destinados à merenda escolar e outros materiais, por empresas privadas do ramo de alimentos, sendo essa demanda atendida pela UA Ananindeua, devido a sua maior capacidade estática e em função de sua localização na área metropolitana de Belém.

Além disso, os programas sociais do Governo Federal representam uma demanda importante, sendo que o principal programa atendido é a Ação de Distribuição de Alimentos - ADA desenvolvido com recursos repassados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome ó MDS.

As Unidades Armazenadoras localizadas em Marabá e Santarém ainda estão mais ligadas ao atendimento dos programas governamentais.

Quanto às ações relativas ao apoio à comercialização, a SUREG-PA executou os procedimentos relativos à aquisição/recebimento dos produtos destinados à composição de cestas de alimentos para atendimento da demanda do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, desenvolveu o Programa de Vendas em Balcão, possibilitando o acesso aos pequenos criadores do produto milho em grãos, e o Programa de Aquisição de Alimentos, fortalecendo a agricultura familiar e beneficiando as famílias em insegurança alimentar e nutricional.

2.2.2 - Mapeamento das Principais Empresas do Setor Privado que Prestam Serviços Análogos aos da CONAB

A respeito das empresas do setor privado que prestam serviços análogos aos da CONAB, os maiores agentes armazenadores, em termos de capacidade estática, encontram-se nos municípios de Belém e Santana do Araguaia, entretanto, a região de Paragominas, que é grande produtora de grãos no Sudeste do Estado, há uma maior concentração de armazéns, principalmente graneleiros. O quadro a seguir apresenta a relação dos agentes armazenadores cadastrados no Estado do Pará, bem como a capacidade de armazenagem em tonelada.

Quadro 005 ó Principais Empresas do Setor Privado que Prestam Serviços de Armazenagem no Estado do Pará

UF	Nome do Agente Armazenador	Município	CNPJ	Capacidade (ton)
PA	CIA DOCAS DO PARÁ-CDP	Belém	04933552000103	73.800
	BUNGE ALIMENTOS S/A	Santana do Araguaia	84046101049443	41.060
	MATO GROSSO CEREAIS LTDA	Santarém	03608847000141	27.925
	PORTAL PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA - EPP	Paragominas	10197621000241	25.090
	CEREALISTA SANTA LÚCIA LTDA - EPP	Paragominas	07252213000150	21.456
	PARAGRO - PARÁ AGROINDUSTRIAL LTDA	Paragominas	04304282000171	20.316
	JUPARANÁ COMERCIAL AGRÍCOLA LTDA (FILIAL)	Dom Eliseu	02219378000297	18.000
	AGROPAG - AGROINDUSTRIA PARAGOMINAS LTDA	Paragominas	09225477000140	17.535
	SANTA IZABEL ALIMENTOS LTDA	Santa Isabel do Pará	03779994000346	17.515
	JUPARANÁ - COMERCIAL AGRICOLA LTDA	Paragominas	02219378000106	17.212

Fonte: Suarm/Gearm

Quanto ao serviço de classificação de produtos, a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará - ADEPARÁ realiza serviços de análise e classificação dos produtos arroz, feijão, milho, juta e castanha do pará, sendo que tal atividade não é realizada pela SUREG-PA.

2.2.3 - Produtos e Serviços Oferecidos que Geram Receitas Próprias

No aspecto relativo aos produtos e serviços oferecidos pela Companhia, que geram receitas, em 2012 foi apurado o valor de R\$ 215.821,47 pelos serviços de armazenagem de produtos de terceiros na Unidade Armazenadora de Ananindeua, compreendendo alimentos beneficiados e industrializados, e outros produtos manufaturados/industrializados, entretanto, os recursos são disponibilizados ao Tesouro Nacional, não gerando efetivamente receitas próprias. Em relação ao exercício anterior, houve uma redução pouco significativa, na ordem de 1,25%, mantendo-se os clientes do exercício de 2011.

2.2.4 - Principais Clientes por Produtos e Serviços dos Setores Público e Privado

Nos quadros a seguir estão relacionados os principais clientes, identificados por produtos e serviços dos setores público e privado, discriminando nome/razão social, CNPJ e volume de operações.

a) Principais Clientes do Setor Público ó Comercialização**Quadro 006 ó Principais Clientes do Setor Público - Comercialização**

CNPJ	Razão Social	Produto	Quantidade(t)	Valor (R\$)
10.763.998/0004-82	Instituto Federal do Pará	Milho em grãos	72,12	34.272,00

Fonte: Suarm/Gearm

b) Principais Clientes do Setor Privado ó Comercialização**Quadro 007 ó Principais Clientes do Setor Privado - Comercialização**

CNPJ	Razão Social	Produto	Quantidade(t)	Valor (R\$)
50.800.739/0001-56	Central Paulista de Alimentos de Itabera Ltda - CPAI	Feijão preto desclassificado	407,00	166.463,00
00.970.448/0001-38	Purinorte ó Carvalho e Martins Ltda	Milho em grãos	107,00	50.320,90

Fonte: Suarm/Gearm

c) Principais Clientes do Setor Público ó Armazenagem**Quadro 008 ó Principais Clientes do Setor Público - Armazenagem**

CNPJ	Razão Social	Produto	Quantidade(t)	Valor (R\$)
26.461.699/0364-52	Companhia Nacional de Abastecimento ó M. de Opções	Embalagens, feijão e milho	2.981.089,00	1.679.031,75
26.461.699/0219-35	Companhia Nacional de Abastecimento ó PGPM	Feijão e milho	2.348.450,29	3.292.916,76
26.461.699/0244-46	Companhia Nacional de Abastecimento ó E. Estratégico	Açúcar, arroz, farinha de mandioca, flocos de milho, feijão, óleo de soja, macarrão, castanha do pará e embalagens	2.277.752,53	5.681.891,02
26.461.699/0435-80	Companhia Nacional de Abastecimento ó PAA	Arroz, açúcar, leite e embalagens	1.636.200,00	2.965.215,60

Fonte: Suarm/Gearm

d) Principais Clientes do Setor Privado ó Armazenagem**Quadro 009 ó Principais Clientes do Setor Privado - Armazenagem**

CNPJ	Razão Social	Produto	Quantidade(t)	Valor (R\$)
05.054.937/0001-63	Secretaria de Estado de Educação - SEDUC-PA	Produtos alimentícios (arroz, feijão, frutas e derivados, laticínios, óleo e produtos industrializados - livros)	2.185.539,09	20.303.049,54

Fonte: Suarm/Gearm

3 - SUSTENTAÇÃO DE RENDA

3.1 - Análise das Principais Ações Ligadas à Compra e à Subvenção

3.1.1 - Relação de Produtos Agrícolas que Apresentaram Preços Abaixo do Preço Mínimo no Exercício e Dados Sobre sua Relevância Econômica e Social para o País

Nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, a CONAB desenvolve ações baseadas na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola, sem entretanto, monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e sair do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a CONAB leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto - Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

No exercício de 2012 apenas a borracha natural esteve com preço abaixo do Preço Mínimo, sendo que para isso houve a intervenção utilizando o Programa de Subvenção Federal ao Extrativismo, conhecido por PGPM Bio.

Trata-se de uma subvenção que paga um bônus diretamente ao extrativista, mediante comprovação de que efetuou a venda de seu produto por preço inferior ao mínimo fixado pelo governo federal. Este instrumento de sustentação de preço é de responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e sua execução cabe à CONAB, visando o fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade.

Em 2012 foram atendidos por meio desse instrumento, 188 extrativistas, envolvendo 85,8 toneladas de borracha natural comercializadas, com valor de subvenção de R\$ 93.871,72.

3.1.2 - Principais Critérios Adotados para Definição das Intervenções no Mercado por Produto e Para a Escolha do Instrumento Utilizado

Considerando que no Estado do Pará, sendo uma região demandante de produtos agrícolas, os preços praticados na comercialização dos produtos agrícolas estão constantemente, acima dos preços mínimos, e que os estoques da PGPM são oriundos de outras Sureg's já comprometidos à programas específicos, como o milho para as vendas em Balcão, não houve, portanto, necessidade de intervenção utilizando o Programa de Aquisição do Governo Federal.

Por outro lado, em relação à agricultura familiar, por meio do Programa de Aquisições de Alimentos a SUREG-PA viabilizou a compra de produtos alimentícios próprios para o consumo humano, incluindo alimentos perecíveis e característicos dos hábitos alimentares locais, na forma in natura ou processados, e os destinou às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, promovendo o fortalecimento da agricultura familiar no Estado.

3.2 - Análises dos Programas de Sustentação de Renda

3.2.1 - Programa de Aquisições do Governo Federal ó AGF

A aquisição direta com pagamento à vista ocorre quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo fixado para a safra vigente, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores. Essa ação está condicionada ao repasse pelo tesouro nacional dos recursos para a operacionalização da aquisição de produtos constantes da pauta da Política de Garantia de Preço mínimo (PGPM).

a) Volume Físico e Financeiro por Tipo de Produto

No exercício de 2012, não houve necessidade de intervenção utilizando esse instrumento, sendo que para a SUREG-PA foi adquirido através da AGF, por meio de leilão público, o quantitativo de 30.000 unidades de sacaria de polipropileno na cor branca, ao valor de R\$ 31.704,00, destinada ao ensaque de milho em grãos para comercialização por meio do Programa Vendas em Balcão.

b) Análise da Efetividade das Principais Intervenções no Mercado, Avaliando as Causas de Eventuais Insucessos e Fatores de Risco para o Próximo Exercício

A decisão de quais intervenções serão feitas no mercado, assim como a análise dos resultados dessas intervenções, dependem de fatores de esfera local, nacional e internacional, análise esta feita pela SUGOF, na Matriz. Tais análises constam do Relatório de Gestão da Matriz.

c) Resultado Financeiro Geral

Encontra-se no final do capítulo 4, consolidando as informações sobre compras e vendas ligadas à PGPM.

3.2.2 - Programa de Aquisição de Alimentos ó PAA

Programa interministerial voltado ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país, com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA. É executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela CONAB, por meio dos instrumentos de Compra Direta, Formação de Estoques da Agricultura Familiar e Doação Simultânea.

a) Volume Físico e Financeiro por Tipo de Produto em Cada Modalidade

No exercício de 2012, a SUREG-PA operacionalizou a Formação de Estoque da Agricultura Familiar (CPR-Estoque), com recursos do MDA, tendo por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição do produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, objetivando a sustentação de preços e agregação de valor.

Outro instrumento operacionalizado durante o exercício de 2012 foi a Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR-Doação), voltado para o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos

adquiridos de agricultores familiares organizados em grupos formais (cooperativas e associações). Nesse caso, são amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se: a) produtos *in natura* da safra vigente; b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) a substituição do produto *in natura* por industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela CONAB.

Os preços praticados na CPR-Doação e CPR-Estoque são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 39, de 26 de janeiro de 2010.

Os quadros a seguir apresentam o demonstrativo físico e financeiro das aquisições de produtos por meio da CPR-Doação, com recursos disponibilizados oriundos do MDS, e da CPR-Estoque, com recursos disponibilizados pelo MDA .

Quadro 010 ó Aquisições por Meio da CPR-Doação (MDS)

Órgão	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (em kg)	Valor (R\$)
MDS	43	Hortifrutigranjeiros, produtos elaborados (polpa de frutas, mel de abelha, farinha de mandioca, biscoito e outros), pescado.	2.005	3.662.231	8.616.857,67

Fonte: Dipai/Supaf

Quadro 011 ó Aquisições por Meio da CPR-Estoque (MDA)

Órgão	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (em t)	Valor (R\$)
MDA	5	Amêndoa de cacau, polpas de açaf e cupuaçu, castanha de caju e castanha do brasil	162	439.595	1.092.268,16

Fonte: Dipai/Supaf

b) Análise da Efetividade das Principais Intervenções no Mercado, Avaliando as Causas de Eventuais Insucessos e Fatores de Risco para o Próximo Exercício

Dos instrumentos operacionalizados pela CONAB, a CPR-Doação é o que apresenta a maior demanda pois possibilita a comercialização de produtos característicos da Agricultura Familiar, tais como: hortaliças, frutas, doces e outros produtos caseiros. Enquanto que a CPR-Estoque exige melhor estruturação e maior planejamento da organização, tendo sido a sua procura estável, concentrando-se em operações desenvolvidas por cooperativas.

Para a operacionalização da CPR-Estoque e da CPR-Doação, com base nos Termos de Cooperação celebrados entre a CONAB e o MDA e o MDS, que descentralizam os recursos orçamentários e financeiros, as entidades proponentes enviam à CONAB, por meio do PAANet, os projetos detalhados descrevendo a quantidade de produtores fornecedores, os produtos e as quantidades oferecidas e, especificamente para a CPR-Doação, informam as entidades que serão beneficiadas e a quantidade de pessoas assistidas.

Há necessidade permanente de manter as operações sob supervisão frequente, bem como, proceder as fiscalizações necessárias para evitar possíveis desvios dos objetivos do PAA, entretanto, o reduzido quadro de pessoal lotado na SUREG-PA induz a proceder supervisões nas operações mais prioritárias e com maiores riscos.

c) Resultado Financeiro Geral

Em 2012 foram aplicados pela SUREG-PA R\$ 9.709.125,83., sendo 88,75 % dos recursos oriundos do MDS e 11,25 % oriundos do MDA, conforme quadro a seguir.

Quadro 012 ó Quantidades e Recursos Dispendidos por Instrumento

Instrumento	Origem do Recurso	Produto	Quantidade (em t)	Valor (R\$)
CPR Doação	MDS	DIVERSOS	3.662.231	8.616.857,67
CPR Estoque	MDA	DIVERSOS	439.595	1.092.268,16
Total Geral			4.101.826	9.709.125,83

Fonte: Dipai/Supaf

Em comparação ao ano de 2011 houve um acréscimo de 52,9 % na quantidade total de recursos utilizados, enquanto que a quantidade total de alimentos adquiridos variou positivamente 37,28 %.

d) Dez Maiores Operações em cada Modalidade

Os quadros a seguir apresentam as relações das dez maiores operações no âmbito do PAA realizadas em 2012 pela SUREG-PA, nas modalidades de CPR-Doação e CPR-Estoque.

Quadro 013 ó Dez Maiores Operações na CPR-Doação com Recursos Oriundos do MDS

CNPJ	Proponente	Produto	Quantidade (kg)	Valor (R\$)
14.797.571/0001-03	Cooperativa de Produtores Rurais da Região dos Caetés - COOCAETÉS	Mel de abelha e polpa de frutas	91.190,20	513.599,50
08.651.460/0001-91	Associação Agro Extrativista dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Município de Óbidos	Pescado	132.546,00	436.475,52
05.489.021/0001-36	Ass. Suassuí - Associação dos Produtores Rurais e Moradores da Região do Igarapé Suassui	Hortaliças, frutas e polpa de frutas	130.441,00	379.152,00
05.261.642/0001-68	Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba - COFRUTA	Polpas de frutas	56.584,00	312.000,00
34.689.737/0001-85	Ass. Urucurí - Associação dos Prod. da Com. de Santana do Urucurí	Hortaliças, frutas e polpa de frutas	95.121,00	305.940,00
01.872.155/0001-80	Associação dos Produtores Rurais e Urbanos da Comunidade Carlos Pena Filho-APUCAPEF	Hortifrutigranjeiros	216.535,00	304.009,68
03.037.847/0001-39	Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores do Ara	Hortifrutigranjeiros e pescado	90.762,28	296.688,89
09.010.225/0001-01	Associação dos Assentados da Ilha Mutirão/Japuretê do Município de Igarapé-miri	Açaí, camarão e pescado	99.729,00	278.377,00
08.044.741/0001-86	Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Mapuá	Frutas, farinha de mandioca e pescado	166.796,00	273.595,00
05.363.072/0001-17	Associação de Desenvolvimento Comunitário de Santa Maria do Pará	Hortifrutigranjeiros e pescado	117.092,00	260.167,70
Total			1.196.796,48	3.360.005,29

Fonte: Dipai/Supaf

Quadro 014 ó Dez Maiores Operações na CPR-Estoque com Recurso Oriundos do MDA

CNPJ	Proponente	Produto	Quantidade (kg)	Valor (R\$)
83.765.271/0001-65	Cooperativa Alternativa dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos (CAPPRU)	Cacau	89.095	383.999,45
08.602.028/0001-00	Cooperativa de Produtos Orgânicos da Amazônia	Cacau	48.100	247.715,00
14.911.793/0001-05	COOBA-Y Cooperativa Kayapo de Produtos da Floresta de Tucumã	Castanha do pará	218.950	229.853,71
05.261.642/0001-68	Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba - COFRUTA	Polpa de açaí/ polpa de cupuaçu	27.200	163.200,00
34.842.880/0001-65	Cooperativa dos Agricultores da Região de Tailândia	Castanha de caju	56.250	67.500,00
Total			439.595	1.092.268,16

Fonte: Dipai/Supaf

3.3 - Principais Indicadores de Desempenho do PAA

Quadro 015 ó Principais Indicadores de Desempenho do PAA

Nome do Indicador: Percentual de Projetos do PAA com Valores Elevados (acima de R\$300 mil)	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Monitorar a aprovação de projetos do PAA com valores mais elevados	10,60%	1,90%	2,00%
Análise do Resultado: O resultado alcançado em 2012, coincide com a entrada de cooperativas relativamente novas no Programa, fato este que se explica pela necessidade de criação de Cooperativas para acessar o PNAE da Merenda Escolar, onde a emissão de Notas Fiscais pela Sefa tem permitido o ingresso apenas de fornecedores via cooperativas ao invés de ser via associação. Para o PAA/Conab as associações tem respaldo da Companhia, pois caso não consigam emitir Notas Fiscais, a Conab emite a Nota de entrada, viabilizando o acesso. Porém a criação dessas cooperativas veio concentrar um número considerável de agricultores, que são acolhidos nessas estruturas, e que aproveitaram a oportunidade ofertada via PAA para acessar o Programa com mais profissionalismo, aumentando o valor unitário das propostas. É um indicativo da necessidade de aumentar o fluxo de supervisões e fiscalizações no Estado.			
Nome do Indicador: Percentual de Agricultores com Menor Renda Atendidos pelo PAA	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência do PAA quanto ao atendimentos a agricultores identificados com menor renda. A classificação de menor renda se dá pela DAP, ou seja, aqueles agricultores que estão enquadrados nos grupos A, B ou A/C do Pronaf.	41,60%	38,50%	32,20%
Análise do Resultado: O aumento que vai de 32,20% em 2010 para 41,60% em 2012, é extremamente favorável ao Programa, já que identifica o aumento do acesso pelo público prioritário do PAA, que são assentados, ribeirinhos, moradores de Resex, etc. Resultado da priorização das ações da Sureg voltadas a incentivar e capacitar, através de oficinas, esse público para que conseguissem se inserir no mercado institucional.			
Nome do Indicador: Percentual de Recursos do PAA Destinado ao Atendimento de Agricultores com Menor Renda	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Avaliar o montante de recursos destinado ao atendimento de agricultores identificados com menor renda	38,50%	31	30,60%
Análise do Resultado: O indicador segue uma tendência de aumento na disponibilização dos recursos do PAA em atendimento aos agricultores de menor renda, sendo isso muito favorável ao Programa, enquanto beneficia o acesso do público prioritário do PAA.			
Nome do Indicador: Percentual de Projetos Supervisionados em Relação ao Total de Projetos do PAA em Execução	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência da supervisão dos projetos do PAA no Estado	12,10%	25,00%	7,80%
Análise do Resultado: A queda nas supervisões de 2011 para 2012 deveu-se aos ajustes nos procedimentos de supervisão alertados pela Matriz, quando a equipe ficou de sobre aviso aguardando novas orientações. Foi lançado ao final de 2012 o modelo de Fiscalização do PAA, porém apenas com Fiscais credenciados pela Conab.			
Nome do Indicador: Percentual de Municípios Atendidos pelo PAA em Relação ao n.º de Municípios do Estado	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência do PAA no Estado	31,00%	29,00%	29,00%
Análise do Resultado: O aumento de 29% em 2010 para 31% em 2012, mostra uma elevação tímida em função da massificação das compras institucionais através da merenda escolar, o que fez com que algumas associações recuassem momentaneamente para acessar o PAA, apesar das intensas divulgações em vários municípios feita pela equipe da Sureg/PA.			
Nome do Indicador: Percentual de Mulheres Produtoras Atendidas pelo PAA	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar o quantitativo de mulheres agricultoras contempladas em relação ao total de beneficiários do Programa	33,96%	22,00%	21,00%
Análise do Resultado: O aumento considerável de 21% em 2010 para 33,96% em 2012 é um resultado extremamente favorável, que veio juntamente com as novas exigências incluídas em normativos do PAA para condicionar o acesso das entidades que apresentassem propostas com, no mínimo, 40% de mulheres, estimulando esse público, geralmente excluído das formalidades, a se fazerem presentes e protagonistas dentro do PAA na Sureg/PA.			

Fonte: Sureg-PA - Geose

4 - PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO

4.1 - Análise das Principais Ações Ligadas à Venda

Com o objetivo de promover a regularização do abastecimento interno, a CONAB desenvolve ações que incluem a venda de estoques governamentais, por meio de leilões públicos ou em balcão e a concessão de subvenção, como estímulo ao escoamento de produtos de zonas produtoras para áreas desabastecidas.

4.1.1 - Relação de Produtos Agrícolas que Foram Objeto de Intervenção no Mercado

No exercício de 2012, no âmbito da SUREG-PA foram realizadas as intervenções por meio de leilões públicos e venda em balcão. O objetivo da venda em leilão público foi a de oferecer produto com perda de qualidade para consumo humano e destinar ao consumo animal, com a efetivação de apenas uma operação. Quanto à venda em balcão, o objetivo foi o de permitir o acesso dos pequenos criadores cadastrados no programa, ao produto milho em grãos ensacado, oriundo dos estoques da PGPM e Contrato de Opção.

4.1.2 - Principais Critérios Adotados para Definição das Intervenções no Mercado por Produto e Para a Escolha do Instrumento Utilizado

As vendas em leilões públicos, com ou sem subvenção, são realizadas a partir de análises de mercado desenvolvidas pela Superintendência de Gestão da Oferta-Sugof, quando são identificadas as áreas desabastecidas, as variações danosas nos níveis de preços e os produtos que necessitam de intervenções, bem como para a redução de custos de manutenção de pontas de estoques, e pela necessidade de retirada de produtos de unidades armazenadoras onde ocorreram perdas e/ou desvios de produtos.

Quando as condições de mercado estiverem inviabilizando o acesso do comprador de pequeno porte a produto que esteja disponível nos estoques públicos, poderão ser feitas vendas diretas óde balcão.

4.2 - Análises das Principais Ações de Venda Direta de Produtos com Subvenção e Sem Subvenção

4.2.1 - Venda em Leilão Público

a) Volume Físico e Financeiro por Tipo de Produto

Por meio de leilões públicos, em 2012 foram negociadas 520 toneladas de feijão desclassificado do estoque da SUREG-PA, vinculado à PGPM, com destinação para ração animal, entretanto, por questões de validação do processo pelo MAPA, com base na qualificação dos participantes, foi efetivada apenas uma venda do quantitativo de 407 toneladas, ao valor de R\$ 166.463,00, sendo canceladas as demais operações.

Além disso, houve a venda de 200 t de milho em grãos a granel do estoque gerido pela SUREG-MT, no valor total de R\$57.51,00, para adquirente sediado no Pará, no município de Itaituba.

b) Dez Maiores Operações na Modalidade

O quadro a seguir demonstra as operações de vendas em leilões públicos em 2012.

Quadro 016 ó Operações de Vendas em Leilão Público

Ordem	Arrematante	Produto	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R\$)
1	Central Paulista de Alimentos - CPAI	Feijão	407	166.463,00
2	Alexandre Comunello	Milho em grãos a granel	200	57.510,00
Total			607	223.973,00

Fonte: X-FAC Web e Dirab/Suope

4.2.2 - Venda em Balcão

O Programa de Vendas em Balcão ó PROV B favorece o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte e instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela CONAB, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos, permitindo o escoamento pulverizado de parte dos estoques públicos. A clientela, os preços de venda, a área de abrangência e demais procedimentos operacionais e financeiros do Programa estão definidos no Título 22 ó Programa de Abastecimento Social/Venda em Balcão do Manual de Operações da CONAB-MOC.

Os preços de venda praticados são compatíveis com o mercado, em níveis que não tenham comportamento concorrencial ao segmento vendedor tradicionalmente constituído, sendo que o produto é entregue ao comprador no armazém onde está depositado, correndo por conta do mesmo as despesas com o transporte. Nos armazéns próprios, as despesas adicionais, inclusive serviços de braçagem, são de responsabilidade da CONAB.

a) Volume Físico e Financeiro por Tipo de Produto

Por meio do PROV B foram comercializadas pela SUREG-PA, no exercício de 2012, 1.787 toneladas de milho em grãos ensacado, vinculado aos estoques da PGPM e Mercado de Opção, correspondendo a um valor de R\$ 834.800,01, constituindo um acréscimo de 51,63 % em relação às vendas no ano de 2011.

Houve um aumento na procura pelo Programa de Venda em Balcão, constando ao final de 2012 com 95 clientes com cadastro atualizado, ou seja, novos clientes e com atualização do plantel, indicando com isso um aumento de demanda para a compra do milho em grãos.

No período de 2010 a 2012 pode ser verificado um aumento na ordem de 47,6 % no número de clientes atendidos pelo PROV B, e um aumento de 28 % na quantidade comercializada, conforme quadro a seguir.

Quadro 017 ó Demonstrativo de Vendas do PROVB ó SUREG-PA - Período de 2010 a 2012

ANO	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R\$)	Nº de clientes atendidos	Número de municípios atendidos
2010	1.394	549.177,81	63	14
2011	1.178	637.734,74	72	17
2012	1.787	834.800,01	93	18

Fonte: Sureg-PA

b) Dez Maiores Operações na Modalidade

O quadro abaixo apresenta as informações quanto às dez maiores operações na modalidade durante o exercício de 2012.

Quadro 018 ó Dez Maiores Operações de Vendas em Balcão

Ordem	Cliente	Produto	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R\$)
1	Purinorte ó Carvalho e Martins Ltda	Milho	107,37	50.320,90
2	Instituto Federal do Pará	Milho	72,12	34.272,00
3	Djair Leite de Miranda	Milho	70,00	33.510,40
4	Ademir Nogueira	Milho	69,00	33.230,20
5	Dionei Wensing	Milho	70,00	33.090,40
6	Andrea Rodrigues Torres Andrade	Milho	70,00	32.363,80
7	Flavia Rodrigues Torres	Milho	70,00	32.363,80
8	Gil Flavio Rabelo Normandes	Milho	70,00	32.363,80
9	João Frederico Alves A de Palmas	Milho	70,00	32.363,80
10	João Nascimento de Oliveira	Milho	70,00	32.363,80
Total			738,49	346.242,90

Fonte: X-FAC Web

c) Análise da Efetividade das Principais Intervenções no Mercado, Avaliando as Causas de Eventuais Insucessos e Fatores de Risco para o Próximo Exercício

Os pequenos criadores apresentam reconhecida dificuldade em suprir suas demandas de produtos para a composição da ração necessária à alimentação dos seus rebanhos, e em razão da sua escala operacional e/ou localização, não tem acesso aos estoques governamentais ofertados por meio de leilões públicos, realizados com as Bolsas de Mercadorias. Um aspecto a considerar é a falta de capital de giro, incluindo o acesso ao crédito, o que não permite que os pequenos criadores rurais tenham condições de manter estoques de insumos, ficando a mercê das flutuações e oportunismo do mercado.

Diante disso, a sistematização de ofertas regulares de insumos às propriedades rurais de pequeno porte, propicia um processo de desenvolvimento a um dos mais representativos segmentos da economia nacional, com a geração de renda e empregos, principalmente nas áreas rurais mais necessitadas, influenciando ainda na movimentação populacional do campo para os grandes centros urbanos.

Nesse contexto, o Programa de Vendas em Balcão ó PROVB operacionalizado pela SUREG-PA vem favorecendo o acesso direto ao produto milho em grãos ensacado ofertado pela CONAB, atendendo além dos pequenos criadores rurais, as agroindústrias de menor porte, e instituições de ensino e pesquisa, distribuídos por 18 municípios do Estado. A quantidade máxima mensal para a venda de milho aos cadastrados no PROVB, em toda a Região Norte, é de 14 toneladas.

d) Resultado Financeiro Geral

Quanto ao resultado financeiro geral o quadro a seguir apresenta o demonstrativo das operações de compra e venda de estoques.

Quadro 019 ó Demonstrativo Geral das Aquisições e Vendas dos Estoques

Comercialização	Instrumento	Produto	Quantidade (t)	Valor (R\$)
Aquisição	AGF	Sacaria (mil unid)	30.000,0	31.704,00
Total das Aquisições			30.000,0	31.704,00
Venda	Venda em Leilão Público	Feijão desclassificado	407,0	166.463,00
	Venda em Balcão	Milho	1.786,2	834.800,01
Total das Vendas			2.193,2	1.001.263,01
Resultado Geral				969.559,01

Fonte: X-FAC Web

4.3 - Principais Indicadores de Desempenho da Promoção do Abastecimento**Quadro 020 ó Principais Indicadores de Desempenho da Promoção do Abastecimento**

Nome do Indicador: Percentual de Municípios Atendidos pelo PROVB em Relação ao n.º de Municípios do Estado	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência do PROVB no Estado	12,58%	11,88%	9,70%
Análise do Resultado: O indicador apresenta uma tendência de aumento no atendimento aos pequenos criadores, abrangendo municípios fora da área metropolitana, onde está situada a Unidade Armazenadora, sendo isso muito favorável pois além de permitir o acesso aos estoques públicos, possibilita dar maior amplitude ao programa e desenvolvimento das pequenas criações na região.			

Fonte: Sureg-Pa - Geose

6 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

6.1 - Armazenagem de Produtos Agrícolas

6.1.1 - Análise Sobre os Principais Resultados da Prestação de Serviços de Armazenagem de Produtos Agrícolas

A atividade de armazenagem desenvolvida pela CONAB tem como função principal a guarda e a conservação dos estoques públicos formados a partir da execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, além das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários no mercado interno, podendo atuar, se necessário, como companhia de armazéns gerais.

No âmbito da SUREG-PA somente a Unidade Armazenadora de Ananindeua tem executado as ações de armazenagem com produtos de terceiros, devido principalmente, a necessidade de órgãos do governo estadual e empresas privadas da região metropolitana de Belém.

Em relação ao exercício anterior, houve um acréscimo de 136,8 %, em função do armazenamento de produtos destinados à merenda escolar da Secretaria Estadual de Educação do Pará. A receita total de armazenagem de produtos de terceiros obtida ficou na ordem de R\$ 225.805,37.

6.1.2 - Quantidade Física e Financeira de Produtos de Terceiros Armazenados pela CONAB por Produto e por Classificação

A quantidade física e financeira de produtos de terceiros armazenados pela SUREG-PA, com posição de saldo ao final do exercício de 2012 está descrita no quadro a seguir.

Quadro 021 ó Estoque de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias

Unidade Armazenadora	Produto	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
Ananindeua	Café	26,8	58.429,50
	Frutas e derivados	202,0	1.240.360,00
	Laticínios	1,3	14.560,00
	Outros produtos alimentícios	320,5	3.918.768,27
TOTAL SUREG-PA		550,6	5.232.117,77

Fonte: Suarm/Gearm/UA Ananindeua

Os produtos de terceiros armazenados na Unidade Armazenadora de Ananindeua no ano de 2012, com exceção do café em grãos ensacado, foram gêneros alimentícios diversos destinados à merenda escolar da Secretaria Estadual de Educação do Pará ó SEDUC-PA, esses produtos são industrializados e não sofrem nenhum tipo de processamento na unidade, assim, os custos com o armazenamento dos produtos geralmente estão relacionados com a manutenção da qualidade dos produtos (limpeza, controle de pragas e outros) e, controle de estoque - físico e contábil). O tempo médio que os produtos ficam armazenados na unidade é de 6 meses, sendo que alguns produtos adquiridos com prazos de validade mais elásticos podem ficar até 01 ano armazenados.

6.1.3 - Avaliação Geral da Qualidade dos Estoques Armazenados

No exercício de 2012 muitas dificuldades foram enfrentadas para a manutenção da qualidade dos produtos armazenados nas unidades armazenadoras administradas pela SUREG-PA devido ao péssimo estado de conservação dos armazéns, principalmente dos produtos pertencentes aos estoques dos Programas do Governo (PGPM, Mercado de Opções, PAA e Estoque Estratégico), pois são os que geralmente passam um período maior armazenados nas unidades, mas com medidas emergenciais/paliativas (abertura e isolamento de quadras com incidência de goteiras, movimentação de produtos das áreas afetadas, utilização de lonas plásticas e outros), foi possível evitar a perda de qualidade dos produtos armazenados durante o exercício. Entretanto, diante do avançado estado de deterioração da estrutura armazenadora administrada pela SUREG-PA, torna-se necessária uma reforma urgente, principalmente na cobertura dos armazéns, pois o risco oferecido aos produtos armazenados é grande.

6.1.4 - Faturamento Total com Serviços de Armazenagem e Demonstração do Resultado Financeiro das Operações de Armazenagem de Produtos Agrícolas

Quadro 022 ó Resultado dos Serviços de Armazenagem - SUREG-PA

Discriminação	Valor (R\$)
Receita de Vendas e Serviços	227.560,55
Receita de Vendas	-
Vendas Estoques Estratégicos	-
Recebimento de Vendas em Balcão	486.303,00
Repasse de Vendas em Balcão	(486.303,00)
Recebimento da Agricultura Familiar	-
Repasse de Vendas da Agricultura Familiar	-
Vendas Estoques Reguladores PGPM	-
Vendas PGPM	348.517,01
Repasse de Vendas da PGPM	(348.517,01)
Vendas Abastecimento Social	-
Vendas Atacado	-
Adições a Receita de Vendas	-
Receita de Serviços	227.560,55
-Deduções das Receitas de Vendas e Serviços	(13.424,90)
=Receita Líquida de Vendas e Serviços	214.135,65
-Custo Líquidos das Vendas e Serviços	-
=Lucro Bruto Operacional	214.135,65
-Despesas Operacionais	(11.067.899,37)
Despesas de Pessoal	(8.147.604,52)
Despesas Financeiras	-
Despesas Comerciais e Administrativas	(2.920.294,85)
Receitas Operacionais Diversas	10.459.435,22
Resultado Não Operacional	(135,45)
Resultado	(394.463,95)

Fonte: Diafi/Sucon

6.1.5 - Principais Indicadores de Desempenho da Prestação de Serviços

Os indicadores de desempenho relativos à prestação de serviços, ainda estão sendo elaborados, devendo ser apresentados no próximo exercício.

7 - ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS ó ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO

7.1 - Análise Sobre a Situação dos Armazéns Utilizados pela CONAB

7.1.1 - Capacidade Estática de Armazenagem dos Armazéns Próprios da CONAB

Sob a jurisdição da SUREG-PA estão em operação três unidades armazenadoras, compostas por 05 armazéns, com capacidade estática total de 26.070 toneladas, em ambiente natural, sendo 03 armazéns localizados no município de Ananindeua, com capacidade estática total de 20.620 t, 01 armazém localizado em Marabá, com capacidade para 3.250 t e 01 armazém localizado no município de Santarém, com capacidade estática para 2.200 t. As unidades estão destinadas a dar suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa, bem como a prestar ao público em geral serviços de armazenamento e correlatos.

Quadro 023 ó Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns

Unidade Armazenadora	N.º de Armazéns	Capacidade (Em ton)			Total da Capacidade	Média de Ocupação	% de Ocupação
		Convencional	Granel	Frigorificada			
Ananindeua	3	20.620	0	0	20.620	2.737	13,27
Marabá	1	3.250	0	0	3.250	482	14,83
Santarém	1	2.200	0	0	2.200	55	2,50
Total	5	26.070	0	0	26.070	3.274	12,56

Fonte: Sicarm

No exercício de 2012 o índice de ocupação geral das unidades armazenadoras apresentou-se estável em relação ao período anterior, observando-se que para o cálculo do índice de ocupação é usada a unidade de medida em metro cúbico (m³), havendo que considerar que para os produtos beneficiados as pilhas ficam em menor altura. Dentre os outros fatores que influenciaram essa situação destacam-se:

- no caso da UA Santarém, não houve o armazenamento dos produtos destinados a composição de cestas de alimentos destinadas às famílias em insegurança familiar, sendo uma região que não apresentou demanda para o armazenamento de produtos de terceiros; pois há oferta de 03 armazéns convencionais particulares na região, com capacidade para 5.170 toneladas, e de 11 armazéns a granel, com capacidade total de 98.196 toneladas, segundo dados do Sicarm;

- no caso da UA Marabá, somente houve o armazenamento de produtos dos estoques governamentais, destinados ao atendimento dos programas sociais, que são beneficiados, ocupando maior espaço em metros quadrados (m²), não havendo expansão de outros serviços para terceiros em função dessa prioridade;

- no caso da UA Ananindeua, não tem havido a expansão dos serviços de armazenagem para terceiros, principalmente em função das condições precárias do telhado dos armazéns, além da reestruturação por parte do maior cliente em operação, a Secretaria de Educação do Pará, que aumentou a sua demanda apenas no segundo semestre do exercício de 2012, bem como, devido a sua localização estar mais distante dos grandes centros produtores.

7.1.2 - Quantidade Física e Financeira de Produtos Agrícolas Estocados em Armazéns Próprios da CONAB (Estoques Públicos)

Quanto aos estoques públicos, formados principalmente por produtos beneficiados para composição de cestas de alimentos destinadas à famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, e o produto milho em grãos para comercialização por meio do Programa de Vendas em Balcão, o quadro a seguir demonstra a posição dos estoques em 31/12/2012.

Quadro 024 ó Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias

Produto	Tipo	Quantidade (kg)	Valor (R\$)
AÇÚCAR CRISTAL	-	187.778,00	345.710,23
ARROZ BENEFICIADO	2	491.500,00	812.449,49
ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO	2	391.000,00	727.649,20
FARINHA DE MANDIOCA	2	221.191,00	629.642,46
FEIJA O ANAO PRETO	2	9.000,00	18.825,19
FEIJA O COMUM CORES	2	147.532,00	625.829,86
FEIJA O CARIOCA	-	121.913,00	391.950,29
FEIJA O COMUM PRETO/CORES DESCLASSIFICADO	-	1.016.666,00	1.719.144,97
FLOCOS DE MILHO	-	89.791,95	175.028,30
LEITE DE VACA EM PÓ	-	16.907,00	143.694,62
MACARRÃO ESPAGUETE	-	102.452,00	164.512,87
MILHO EM TIPO	-	419.534,92	444.667,66
ÓLEO DE SOJA	-	204.974,00	774.526,29
Total		3.420.239,87	6.973.631,43

Fonte: Suope/Gefoc/X-Fac

A maioria dos produtos estocados são beneficiados, acondicionados em embalagens individuais e fardos ou caixas de papelão, com exceção do milho e do feijão desclassificado. Tais produtos recebem periodicamente tratamento fitossanitário, conforme necessidade, a fim de manter a qualidade e evitar as perdas quantitativas. São monitorados ainda os prazos de validade dos produtos para destinação ao público beneficiário dentro de um período satisfatório para o consumo.

7.1.3 - Quantidade Física e Financeira de Produtos Agrícolas Estocados em Armazéns Contratados (Estoques Públicos)

Com relação ao armazenamento de produtos agrícolas em armazéns de terceiros, não houve demanda em 2012 que necessitasse contratar tais serviços.

7.1.4 - Avaliação Geral da Situação Física dos Armazéns Considerando o Disposto no Decreto nº 3.855/2001 (Regulamenta a Lei de Armazenagem)

a) Principais Problemas

As unidades armazenadoras sob jurisdição da SUREG-PA apresentam um problema em comum: a necessidade de recuperação e modernização das instalações físicas. Isto ocorre em função da depreciação natural das estruturas (telhado, telas, portas, etc) e a necessidade de adequação aos requisitos para a Certificação das Unidades Armazenadoras.

Outro ponto importante, principalmente no caso das Unidades Armazenadoras de Marabá e Santarém , é a carência de pessoal para o desenvolvimento e ampliação dos serviços de armazenagem. Nesse aspecto, a concretização do concurso público é primordial.

b) Demanda por Manutenção

De modo geral, os armazéns da CONAB necessitam de constante manutenção nas coberturas e nas instalações existentes (civis, elétrica e mecânicas).

Os maiores serviços e obras necessárias foram identificados, havendo mobilização em especial do Grupo de Trabalho de Certificação e Obras para a concretização dessas ações no decorrer do próximo exercício.

c) Valor Gasto para Manutenção de Armazéns Próprios

A SUREG-PA efetivou os serviços mais urgentes, a exemplo da recuperação do telhado da casa de força, evitando danos aos equipamentos, e as aferições das balanças rodoviárias. Além disso, foram realizados os procedimentos para realização de serviços, inscritos em restos a pagar, de pequenos valores financeiros, entretanto de grande valor para o bom funcionamento das unidades.

Quadro 025 ó Obras Realizadas nas Unidades Armazenadoras

Unidade Armazenadora	Obra/Serviço/Equipamento	Corrente	Capital	Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Total Geral
				Corrente	Capital	
UA Ananindeua	Recuperação do telhado da Administração e da casa de força	5.862,00				5.862,00
	Serviço de verificação metrologia de balança	913,00				913,00
	Aquisição de 1 minitrator				34.540,00	34.540,00
	Aquisição de 2 roçadeiras				1.600,00	1.600,00
	Serviço de conversão da balança rodoviária				7.950,00	7.950,00
UA Santarém	Serviço de aferição de balança rodoviária	2.552,40				2.552,40
	Aquisição de 1 split carrier controle remoto				3.750,00	3.750,00
	Aquisição de móveis p/ escritório				4.900,00	4.900,00
	Aquisição de 1 refrigerador				878,00	878,00
	Aquisição de 1 bebedouro				576,00	576,00
UA Marabá	Aquisição de mesas, cadeiras, armários		4.043,96			4.043,96
	Serviços de reparo na cerca de arame farpado	200,00				200,00
	Serviço de limpeza e conservação no pátio de manobra	200,00				200,00
Total		9.727,40	4.043,96	7.950,00	46.244,00	67.965,36
		13.771,36		54.194,00		

Fonte: SIAFI

d) Plano de Investimentos Para Colocar os Armazéns Próprios da CONAB em Conformidade Com os Critérios de Habilitação Descritos na IN Mapa 12/2009

Quanto ao plano de investimentos para adequação das unidades armazenadoras da CONAB no Pará aos critérios de habilitação descritos na IN Mapa 12/2009, visando a Certificação das mesmas, está descrito no quadro a seguir:

Quadro 026 ó Plano de Investimentos Para a Certificação das Unidades Armazenadoras

CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO			
P R E V I S Ã O 2 0 1 4	UA ANANINDEUA ó PA		
	Capacidade estática: 20.600	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Terminal
	Obras	Custos	Obrigatoriedades
	Local para guarda de Agrotóxico	35.000	O1
	Pavimentação	1.330.000	O4
	Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000	O4
	Sistema de combate a incêndio	135.000	O4
	Sinalização de trânsito	3.000	O4
	TOTAL	1.548.000	
P R E V I S Ã O 2 0 1 5	UA MARABÁ ó PA		
	Capacidade estática: 2.200	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Coletora
	Obras	Custos	Obrigatoriedades
	Local para guarda de Agrotóxico	35.000	O1
	Recinto de Análise	50.000	O1
	Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000	O4
	Sinalização de trânsito	3.000	O3
	Sistema de combate a incêndio	135.000	O4
	TOTAL	268.000	
	UA SANTARÉM ó PA		
	Capacidade estática: 2.200	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Coletora
	Obras	Custos	Obrigatoriedades
	Local para guarda de Agrotóxico	35.000	O1
	Pavimentação	50.000	O3
	Recinto de Análise	50.000	O1
	Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000	O4
	Sinalização de trânsito	3.000	O3
	Sistema de Movimentação de Produto	20.000	O1
Sistema de combate a incêndio	135.000	O4	
TOTAL	338.000		

LEGENDA:

- O1: Exigência no momento da vistoria
- O3: Exigência a partir de dezembro de 2013
- O4: Exigência a partir de dezembro de 2015

Fonte: Suarm

7.1.5 - Capacidade Estática dos Armazéns Cadastrados pela CONAB Comparando com a Demanda Anual por Armazenagem por Produto e por Estado

Quadro 027 ó Capacidade Estática de Armazenagem x Demanda

UF	N.º UA	Capacidade Estática (mil ton)			Produto	Quantidade (mil ton)	Demanda %
		Convencional	Granel	Total			
PA	132	208,3	398,1	606,4	Arroz	222,4	193,4
					Feijão	33,9	
					Milho	599,7	
					Soja	316,7	
					Total Produção	1.172,7	

Fonte: Dirab/Suarm/Gearm e Boletim de Levantamento de Safras

7.1.6 - Ações de Capacitação de Mão-de-Obra do Setor Armazenador

A capacitação da mão de obra do setor armazenador tem como objetivo o seu treinamento e qualificação, visando a redução das perdas, a melhoria da qualidade dos produtos armazenados e a diminuição da rotatividade da mão de obra.

Desde 2009, por decisão de Diretoria, a atividade foi suspensa por tempo indeterminado, havendo a necessidade de redefinição do público alvo a ser beneficiado pelos treinamentos, bem como a implementação de novos controles visando, por exemplo, o feedback dos participantes. Além disso, a regularização administrativa do CENTREINAR, órgão responsável pela execução da ação, por meio de Convênio CONAB e FUNARBE, já foi implementada pelo Conselho Diretor constituído pelos representantes da Companhia e da UFV. Entretanto, a retomada da ação depende ainda da disponibilidade de recursos e da assinatura de novo convênio.

7.2 - Análise das Ações de Fiscalização de Estoques Públicos

7.2.1 - Quantidade de Funcionários Alocados em Atividade de Fiscalização de Armazéns e Estoques Públicos

O quadro de fiscais da SUREG-PA, no exercício de 2012, esteve composto por 06 fiscais, sendo que um deles ocupa a função de encarregado do SEGEO, não estando disponível para viagens e outro está em período de licença sem vencimento, assim, em real atuação constam apenas quatro fiscais.

As operações realizadas em 2012 envolveram fiscalização dos estoques governamentais em unidades próprias, fiscalização das operações do Programa de Vendas em Balcão, e fiscalização das operações do PAA.

A fiscalização dos estoques governamentais ocorreu em duas etapas, no primeiro e no segundo semestre de 2012, em cumprimento à programação anual coordenada pela Superintendência de Fiscalização e Estoques-Sufis, seguindo as orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do Manual de Operações da CONAB-MOC (Título 12 ó Fiscalização dos Estoques Governamentais e comunicado CONAB-MOC n.º 20, de 16/08/2004) observando, ainda, orientações específicas estabelecidas pela Companhia.

Foram fiscalizados os estoques governamentais vinculados à AGF-PGPM, PAA, Contrato de Opção e Estoque Estratégico, nas unidades armazenadoras de Ananindeua, Marabá e Santarém.

Quanto ao Programa Venda em Balcão foram fiscalizadas 26 propriedade rurais de pequenos criadores cadastrados no programa e novos clientes, em três períodos de viagens, no segundo semestre de 2012.

No mês de dezembro de 2012, foram convocados 02 fiscais da SUREG-PA para participação da fiscalização das operações do PAA, modalidade CPR-Doação, desenvolvidas pela SUREG-CE, oportunidade em que os mesmos receberam as orientações e documentação necessária, com base no Manual de Fiscalização do PAA, com a participação da SUFIS e SUPAF. Foram visitados além das entidades proponentes, os agricultores, as entidades beneficiárias, e os parceiros do programa, como o CONSEA e Secretarias de Educação do Estado do Ceará.

Considerando que os empregados não desenvolvem exclusivamente as ações de fiscalização, muitas vezes, para cumprir a programação prevista, pode ocorrer o atraso em outras operações e/ou o acúmulo de operações sobre as chefias dos setores de lotação dos fiscais, o que acarreta dificuldades para o boa execução dos serviços, principalmente na Sede. Entretanto, todas as medidas necessárias e possíveis para evitar prejuízos à Companhia são tomados, incluindo a perspectiva de formação de novos fiscais.

7.2.2 - Número de ocorrências de divergências entre o volume contabilizado pela CONAB em suas bases de dados e o estoque físico averiguado pelos fiscais, por produto e por Estado; Quantidade física e financeira de perdas de produtos agrícolas em estoques públicos; Quantidade física e financeira de produtos agrícolas averiguada em eventuais desvios em estoques públicos

No exercício de 2012, durante as operações de fiscalização dos estoques públicos, não houve registro de divergências entre o estoque contábil e o estoque físico fiscalizado que indicasse perdas quantitativas em armazenagem, e nem desvios de produtos. Houve apenas a desclassificação de 53 toneladas do produto feijão na Unidade armazenadora de Santarém, a ser destinado para uso na alimentação animal.

7.2.3 - Quantidade de Armazéns Descredenciados no Exercício

Em 2012 não houve registro de descredenciamento de armazém.

7.2.4 - Avaliação Física Geral dos Armazéns Contratados pela CONAB

No exercício de 2012 não constavam armazéns contratados pela CONAB.

7.2.5 - Saldo de Débitos Relativos à Desvios ou Perdas em Estoques Públicos e Valores Recuperados em Perdas ou Desvios em Estoques Públicos, Valores Ajuizados em Razão de Débitos Relativos à Desvios ou Perdas em Estoques Públicos

Consta o registro na Gerência de Cadastro e Cobrança ó GECOB, da Superintendência de Finanças ó SUFIN, de 50 dívidas no valor base total de R\$ 382.302.472,00, relativas ao período de 01/04/1992 a 18/12/2007 e à quantidade de 2.292,2 toneladas, estando o saldo a receber em R\$ 5.384.064,12, na situação de dívidas ajuizadas.

7.3 - Análise das Ações de Movimentação de Estoques Públicos

7.3.1 - Demanda por Movimentação de Estoques por Unidade Armazenadora Relacionando os Volumes Físicos e Financeiros mais Expressivos Destacando os Motivos de Movimentação de Estoques e Valores Gastos com Fretes

No quadro a seguir estão relacionadas as operações de remoção de produtos ocorridas em 2012.

Quadro 028 ó Demonstrativo das Remoções Contratadas

UF Origem	UF Destino	Produto	Motivo	Quantidade Removida (ton)	Valor do frete (Em R\$)
AL	PA	Açúcar	Composição de cestas de alimentos ó MDS	106,62	31.187,80
PR	PA	Arroz		533,02	208.480,29
RS	PA	Arroz		544,50	252.149,16
RS	PA	Leite de vaca		93,30	81.893,09
MT	PA	Milho	PROVB	1.500,00	435.274,11
Total				2.777,44	1.008.984,45

Fonte: Dirab/Suarm/Gemov/X-FacWeb

7.3.2- Impacto nas Regiões em que os Estoques Foram Removidos e nas Regiões que Receberam os Estoques Destacando o Tipo de Produto e Reflexos na Cadeia Produtiva Local

Considerando a necessidade de efetuar a composição das cestas de alimentos para disponibilização às famílias em insegurança alimentar mediante Termo de Cooperação com o MDS, foram priorizados os produtos oriundos da agricultura familiar vinculados aos estoques disponíveis depositados nas regiões produtoras de Alagoas, Paraná e Rio Grande do Sul, no caso havendo a remoção para as Unidades Armazenadoras de Ananindeua e Marabá., de açúcar, arroz beneficiado e leite de vaca em pó integral.

No caso do produto destinado ao atendimento dos pequenos criadores por meio do PROVB, foram removidas 1.500 toneladas de milho em grãos do estoque depositado em Mato Grosso, grande região produtora. A quantidade removida atendeu bem ao quadro de criadores cadastrados no PROVB.

Em ambos os casos, há a liberação de espaço para armazenamento de nova safra e de novas aquisições por meio do PAA, transferindo o produto para área com maior demanda.

7.4 - Principais Indicadores de Desempenho da Administração de Estoques Públicos

Quadro 029 ó Principais Indicadores de Desempenho da Administração de Estoques Públicos

Nome do Indicador: Percentual de Atendimento às Solicitações de Cadastro	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar em que medida as solicitações de cadastro estão sendo atendidas, seja por produtores, armazenadores ou empresas que manufaturam/comercializam produtos alimentícios	0,00%	66,67%	0,00%
Análise do Resultado: O número de solicitações de cadastramento de armazéns é muito pequeno, sendo que a maior demanda ocorreu em 2011, sendo atendida em 66.67 % no mesmo ano. Em 2010 não houve registro de solicitações. Em 2012 foram registradas 02 solicitações, que em função da carência de pessoal treinado somente foram atendidas em 2013. Foram revistos os procedimentos relativos à ação de cadastramento junto à equipe, com a inclusão de outros empregados para as viagens, a fim de atender a demanda em sua totalidade, mesmo que pequena.			
Nome do Indicador: Percentual de Produto Armazenado em Relação à Capacidade Estática	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Acompanhar a utilização da capacidade estática instalada visando otimizar a utilização da rede armazenadora própria	8,50%	18,78%	23,52%
Análise do Resultado: A redução no percentual de produtos armazenados em relação à capacidade estática no período de 2010 a 2012 está relacionada principalmente à redução do estoque armazenado para a composição de cestas de alimentos, tanto do MDS quanto da Defesa Civil. Observa-se entretanto que para o cálculo da capacidade estática é considerado o volume total disponível no armazém, mais viável para os produtos ensacados, enquanto que os produtos destinados à composição das cestas estão acondicionados em fardos ou caixas, impossibilitando a formação de pilhas muito altas. A opção para melhorar o percentual é o incremento no armazenamento de terceiros, condicionado à melhoria na estrutura física e de pessoal nas unidades armazenadoras.			
Nome do Indicador: Produtos Armazenados para Programas Sociais em Relação ao Total de Produtos	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar o percentual de produtos que são destinados para os programas sociais, na rede armazenadora própria.	28,03%	37,56%	41,25%
Análise do Resultado: Em 2010 foram armazenadas as cestas de alimentos tanto para o MDS quanto para a Defesa Civil, a partir de 2011 somente para o MDS, que de 2011 para 2012 reduziu a compra de produtos a fim de adequar à necessidade para o público beneficiário. Também foram considerados os produtos destinados à ajuda humanitária da Defesa Civil, cuja reposição não é feita anualmente.			
Nome do Indicador: Percentual de Desvio de Produtos Armazenados	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Acompanhar os desvios de estoques governamentais, visando adotar as medidas pertinentes	0,00%	0,00%	0,00%
Análise do Resultado: No período considerado de 2010 a 2012 não houve registro de desvios dos estoques governamentais, sendo isso muito favorável à Companhia.			
Nome do Indicador: Percentual de Alteração da Qualidade dos Produtos Armazenados	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Verificar a manutenção da qualidade do produto no armazém em decorrência da prática correta dos procedimentos técnicos de armazenamento	2,28%	19,21%	0,00%
Análise do Resultado: Em 2011 foi registrada a perda de qualidade no estoque de feijão preto e cores (desclassificado e abaixo padrão), e em 2012 foi relativa à desclassificação do estoque de feijão cores abaixo padrão. Tal fato ocorreu nas 03 unidades armazenadoras, e após a análise necessária, alguns procedimentos foram revistos a fim de melhor proteger os estoques e a própria Companhia.			

Fonte: Sureg-PA - Geose

8 - GESTÃO TECNOLÓGICA

8.1 - Informações Sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da UJ

As ações de TI ó Tecnologia da Informação na CONAB, têm como diretriz básica, o Projeto de Modernização da Tecnologia de Informação ó PMTI, criado em 2004 e em execução desde então.

O PMTI é o carro-chefe da Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação da CONAB, e principal iniciativa de sustentação do objetivo ó Prover a Companhia de Infraestrutura de TI Atualizada ó constante do Mapa Estratégico da CONAB. Além disso, é uma das iniciativas para suporte a boa parte de outros objetivos estratégicos, evidenciando assim, o alinhamento das ações de TI e a importância destas como fator crítico de sucesso na execução de sua estratégia organizacional.

Tais ações, incluindo Segurança da Informação, Desenvolvimento e Produção de Sistemas, Contratação e Gestão de bens e serviços de TI, entre outras, são centralizadas na Matriz, tendo como diretriz o planejamento da área de TI para o respectivo exercício, obedecendo à legislação pertinente e aos procedimentos legais e observando a disponibilidade orçamentária e financeira para o período. Tanto que o Comitê formalmente designado para auxiliar nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativo de Tecnologia da Informação, funciona no âmbito da Matriz, a quem compete adotar providências e proceder as devidas orientações às Superintendências Regionais.

Dos equipamentos que compõem o parque tecnológico da SUREG PARÁ, 69,35% têm idade média de cinco anos e apresentam bom estado de conservação. A manutenção corretiva sob a responsabilidade da SUREG PARÁ, tem sido decisiva para manter os equipamentos em boas condições, cujo custo acumulado no exercício atingiu o montante de R\$ 5.029,00.

É importante ser ressaltado, também, a disponibilidade de um equipamento de informática para cada colaborador no âmbito da SUREG PARÁ, constituindo-se numa condição favorável ao bom desempenho das atividades diárias.

9 - GESTÃO ESTRATÉGICA

9.1- Análise da Implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa

Com a descontinuidade do planejamento estratégico, conforme abordado no capítulo 1, restou prejudicado o acompanhamento da gestão com base na metodologia anteriormente implantada e com o suporte de ferramenta de informática atualizada, a qual permitiria explicitar os resultados por meio de indicadores apurados e a respectiva visualização de metas atingidas .

Contudo, em 2012, a CONAB foi inserida no processo de planejamento estratégico do MAPA, nosso Ministério supervisor, no bojo do Plano de Ação para a Agropecuária Sustentável-PAAS/MAPA, mediante a inclusão de um conjunto de resultados estratégicos a serem alcançados pela Companhia, tendo como respaldo o Plano Plurianual - PPA para o período 2012 a 2015.

Atendendo a esse propósito, os Superintendentes da Matriz foram mobilizados para a identificação de ações ou novos projetos que se caracterizassem como estratégicos, tendo em vista o alcance de resultados e desafios futuros, e tendo como suporte o Plano Plurianual. Desse esforço resultaram alguns projetos que, selecionados à luz das ações consignadas no PPA, com respectiva previsão orçamentária, buscaram alinhar-se a 3 macro-resultados daquele Ministério, com previsão para monitoramento concomitante às reuniões de análises estratégicas do MAPA.

Os macro-resultados nos quais a CONAB buscou inserir-se foram: Excelência Administrativa; Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio; Agregação de Valor na Produção Agropecuária.

A partir da definição de um conjunto de 6 resultados e 14 projetos, associados aos citados macro-processos, a CONAB optou por 3 Resultados Estratégicos, compostos por 7 projetos correspondentes, para efeito de acompanhamento e monitoramento por aquele Ministério. Os demais resultados foram acompanhados em nível interno, por serem considerados de gestão ou ainda por necessitarem de definição mais clara quanto ao vínculo orçamentário, embora todos concorram para a implementação da estratégia organizacional.

Para os três resultados escolhidos ó Quadro de Pessoal Redimensionado; Armazéns Próprios Ampliados e Certificados; Subsídios à Formulação das Políticas Agrícolas e de Abastecimento Aperfeiçoadas ó foram definidos os objetivos estratégicos relacionados, os projetos que a eles se vinculam, os responsáveis, os impactos e riscos para sua implementação, os produtos, assim como os indicadores de desempenho específicos.

Alguns desses projetos contam com a participação das Regionais para sua implementação, sendo eles: Ampliação da Capacidade Estática da Rede Armazenadora; Certificação de Unidades Armazenadoras Próprias; Aperfeiçoamento e Disponibilização de Informações sobre Safras; Nova Metodologia de Coleta de Preços Agropecuários; Estudo das Perdas Qualitativas e Quantitativas no Transporte e na Pós-Colheita de Grãos; Apoio às Centrais de Unidades Varejistas; Implantação de Unidades de Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial.

O monitoramento desses projetos, contudo, esteve restrito à Matriz, que foi quem conduziu e implementou as etapas iniciais, demandando informações das Suregs ou devendo envolvê-las no processo oportunamente, caso da SUREG PARÁ, tendo em vista que a maioria dos projetos é de médio prazo, variando de 3 a 5 anos, cujos resultados serão evidenciados mais à frente e para os quais deverá ocorrer o devido acompanhamento.

10 - GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES

As informações e o conhecimento disponibilizados pela Companhia contribuem para o desenvolvimento da sociedade e são essenciais para a formulação de políticas públicas, para a regulação da oferta de alimentos e para a organização da comercialização agrícola, além de oferecer meios para a garantia de renda do produtor.

A manutenção e disponibilização desse acervo requer o acompanhamento constante das informações e das oscilações de mercado e conta, além da Matriz, com a participação intensa de todas as Superintendências Regionais da CONAB, na coleta e na alimentação periódica dos dados e na troca de conhecimentos para a melhoria contínua na qualidade das informações disponibilizadas.

10.1 - Análise dos Principais Resultados do Projeto SigaBrasil

O Projeto SigaBrasil é desenvolvido pela Matriz, não possuindo um orçamento específico. A maior parte dos trabalhos é executada pelos técnicos da CONAB (auxiliados por consultores do PNUD), com os recursos da Companhia, vinculados ao Projeto Geosafra.

10.2 ó Outras Ações Relativas à Geração e Difusão de Informações

Na SUREG-PA foram desenvolvidas em 2012 outras ações vinculadas ao tema geração e difusão de informações, como por exemplo:

a) Mapas de Produção e Levantamentos de Safras

Os mapas de produção foram iniciados primeiramente com as etapas dos levantamentos de safra no pólos dos municípios do estado, culminando com a consolidação dos dados e encaminhamento à matriz para divulgação nacional. No total foram executados 12 levantamentos de safra, sendo alguns *in loco* e outros por consulta via telefone, relativos aos produtos mandioca, grãos (milho, soja, arroz e feijão) e cana de açúcar. Os dados da safra ficam disponíveis na página da CONAB em www.conab.gov.br.

b) Principais Resultados no Levantamento de Produção e nos Custos e Estoques de Produtos Agrícolas

Quanto à produção agrícola do Estado do Pará esta tem economia fundamentada nas atividades agropecuárias, e inseridos nesse contexto estão também o extrativismo vegetal e animal.

E devido ao aprimoramento da utilização de sua fronteira agrícola, o Estado destacou-se no cenário nacional em diversos segmentos agropecuários e extrativos, conforme dados do IBGE e acompanhamento da SUREG-PA/Geose/Segeo (safra 2011/2012):

- em 1º lugar na produção de dendê (1.022.156 t), de mandioca (4.785.632 t), de açaí (805.086 t), de pimenta do reino (32.271 t) e cupuaçu (73.224 t);
- em 2º lugar na produção de cacau (66.820 t); em 5º lugar na produção de bovinos (44.312 t);
- em 6º lugar na produção de arroz (204.000 t) e feijão (40.000 t);
- em 10º lugar na produção de milho (522.100 t)
- em 14º lugar na produção de grãos totais (1.253.668 t)

No que concerne os custos de produção houve levantamento das informações para as culturas do abacaxi, açaí e pimenta do reino. Estes custos são importantes ferramentas também para

estipular os preços do PGPAF, sendo que, a coleta se procede no Estado pela equipe de analistas da SUREG e são encaminhados à Matriz para consolidação e divulgação dos resultados.

Os custos de produção estimados por hectare no exercício de 2012, para as culturas exploradas pela agricultura familiar ficaram em :

- R\$ 6.280,03 para abacaxi (Conceição do Araguaia)
- R\$ 1.166,53 para açaí (Cametá)
- R\$ 10.497,54 para pimenta do reino (Cametá)
- R\$ 10.937,97 para pimenta do reino (Capitão Poço)

Os custos de produção elaborados pela Companhia têm resultados práticos para a sociedade e oferecem informações substanciais para a definição e implementação de políticas públicas, além de proporcionar conhecimento aos diversos segmentos que estão direta ou indiretamente ligados ao processo produtivo, estando direcionados principalmente à Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM e ao PGPAF.

11- GESTÃO DE PESSOAS

11.1 - Alocação de Servidores

A política de recursos humanos da Companhia prevista no Regulamento de Pessoal, compreende o conjunto de decisões explícitas, relativas ao direcionamento dos esforços e das energias dispendidas por seus empregados, num processo iterativo, que visa à concretização dos propósitos da organização e está consubstanciada nas seguintes premissas:

- I. criar condições de trabalho que garantam a efetiva participação dos empregados no desempenho das atividades da Companhia;
- II. manter uma estrutura organizacional propícia à intensa participação dos empregados nos resultados pretendidos;
- III. desenvolver e reforçar um comportamento centrado na qualidade dos serviços prestados, de forma a consolidar a organização junto à sociedade;
- IV. desenvolver técnicas administrativas e gerenciais modernas e ajustadas às estratégias corporativas;
- V. propiciar e manter condições para o exercício de uma ação gerencial ágil e dinâmica;
- VI. promover o contínuo desenvolvimento dos seres humanos e o permanente acompanhamento da evolução tecnológica, com o propósito de evitar a obsolescência do conhecimento e da informação.

A política de recursos humanos da Companhia, deverá combinar, ainda, os seguintes fatores:

- I. satisfação dos empregados;
- II. viabilidade da Companhia;
- III. Compatibilidade com o mercado de trabalho;
- IV. qualidade e produtividade;
- V. modernização tecnológica;
- VI. direitos e deveres.

O ingresso no Quadro de Pessoal da Companhia, se processa por meio de concurso público, ressalvadas as nomeações para funções gratificadas, cujos critérios estão definidos no Estatuto Social e no Plano de Cargos e Salários e de Benefícios e Vantagens ó PCS.

No que concerne às necessidades de adequação do quadro de pessoal, proporcionalmente ao aumento das operações demandadas desta SUREG PARÁ, o assunto já foi exaustivamente tratado em diversos expedientes encaminhados à Diretoria respectiva sem o êxito desejado.

Cabe ser destacado, também, que a adequação do quadro de pessoal da Companhia e, por consequência, da SUREG PARÁ, está atrelada a um contexto maior da gestão de pessoal, o qual, pela sua complexidade e pelo fato de envolver decisões que refletirão no futuro dos empregados da Companhia, exigirão as devidas cautelas, em que pese serem urgentes.

Não obstante às limitações impostas, no âmbito regional temos procurado adequar os empregados, de acordo com os níveis de competência, alinhados com os objetivos da SUREG PARÁ.

11.2 - Comunicação na Instituição

A comunicação é, sem sombra de dúvida, um dos fatores mais importantes, capaz de definir o sucesso de qualquer organização, considerando que só é possível haver relacionamento entre as pessoas, através da comunicação.

Por conseguinte, a comunicação organizacional assume papel relevante dentro das organizações, possibilitando a transmissão das informações de forma correta e disseminando as decisões tomadas entre os diversos níveis hierárquicos de forma integrada.

Os meios de comunicação utilizados, estão estabelecidos em normativos específicos, que visam disciplinar e padronizar a comunicação formal no âmbito da CONAB e estão classificados em:

I. Atos Deliberativos-Normativos ó São deliberações, cujos objetivos visam formalizar decisões, regras ou normas imperativas. São eles: Ato de Direção, Ato de Superintendência de Área, Ato de Superintendência Regional, Estatuto Social, Norma, Portaria, Regimento Interno, Regulamento e Resolução.

II. Atos de Correspondência ó São meios que visam a comunicação direta, indireta ou pública da Companhia e caracterizam-se por terem destinatários declarados. São eles: Aviso, Carta, Carta-Circular, Carta-Cobrança, Carta-Inadimplência, Comunicação Interna, Comunicação Interna Circular, Edital, E-mail (Correio Eletrônico), Fac-Símile (Fax), Ofício, Relatório, Regulamento de Operações Comerciais, Requerimento e Telex/Telegrama.

III. Atos Enunciativos-Esclarecedores ó São meios objetivam esclarecer ou emitir opiniões a respeito de assuntos constantes de processos e destinam a fornecer fundamentos para soluções diversas. São eles: Despacho, Nota Técnica, Parecer e Voto.

IV. Atos de Assentamento ó Destinam-se a registrar fatos em Cartório ou na Companhia, inscrevendo e transcrevendo atos, títulos e documentos, no intuito de autenticá-los, dando-lhes força de prevalecer contra terceiros, de forma a torná-los documentos comprobatórios. São eles: Ata, Processo e Memória de Reunião.

V. Atos de Pacto ou Ajuste ó São meios que expressam acordos de vontades mútuas. São eles: Convênio e Contrato.

VI. Outras Formas de Comunicação ó São meios que visam a comunicação direta, indireta ou pública da Companhia. São elas: Publicações (Boletim Administrativo e outros trabalhos de divulgação), Rádio, Rede Local, Rede de Transmissão de Dados, Telefone, Telefonia Móvel Celular e Telefonia Rural Fixa ó RURALVAN.

Buscando tornar mais dinâmica a circulação das informações no âmbito interno e, em consonância com a atual tendência, a Companhia utiliza os meios eletrônicos de comunicação, dando maior celeridade, como a Intranet, onde são agrupadas algumas legislações, normativos internos, regulamentos, relatórios, além dos avisos e resultados de leilões e licitações realizados, dentre outros.

O Notícias do Dia, é outro meio de comunicação eletrônico diário, voltado para o público interno, com uma média de três informações, abordando temas diversos como programas e ações da Companhia, realização de cursos e palestras, avisos e atividades voltadas para os empregados.

Além dos meios eletrônicos e visando dar maior amplitude às informações, as notícias são impressas e afixadas no mural instalado no Salão de entrada da SUREG PARÁ e encaminhado periodicamente às Unidades Armazenadoras para divulgação.

A Companhia dispõe, ainda, de sua página na internet www.conab.gov.br onde estão consolidadas todas as informações relativas às atividades desenvolvidas, prestando informações relevantes à sociedade.

Além disso, a CONAB produz informativos escritos na forma de Folders, Revistas, Jornais de grandes circulação e Diário Oficial da União.

11.3 - Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho

A pesquisa sobre Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho é uma ferramenta que tem por objetivo, medir o grau de satisfação dos colaboradores em relação ao seu ambiente de trabalho.

O sentimento que as pessoas têm sobre a empresa tem um impacto profundo no comportamento pessoal, refletindo, por consequência, nos resultados da organização.

Objetivando a plena satisfação de seus colaboradores, a SUREG PARÁ tem buscado, embora de forma empírica, mensurar a satisfação de seus colaboradores quanto ao relacionamento com seus superiores hierárquicos, quanto ao volume de serviços individual e coletivo, quanto à fluidez dos processos e, sobretudo, quanto às expectativas individuais relacionadas à carreira.

Esse trabalho tem sido desenvolvido durante as reuniões realizadas com os colaboradores, ocasião em que os gestores têm enfatizado a necessidade de estarmos sempre predispostos a encarar novos desafios, buscando conhecer novas tarefas, com o objetivo de disseminar o conhecimento. Com isso, o rodízio das tarefas entre os componentes das equipes de trabalho, tem ocorrido de forma mais tranquila.

Outra preocupação dos gestores da SUREG PARÁ é com a valorização dos colaboradores e, nesse sentido, têm envidados todos os esforços para tornar o ambiente físico, o mais prazeroso possível, contribuindo para a satisfação do corpo funcional e compensando a impossibilidade de converter o comprometimento da equipe, em pecúnia, por exemplo.

Em que pese essa postura dos gestores da SUREG PARÁ, fatores alheios à administração regional, têm provocado a busca desenfreada do reconhecimento direitos trabalhistas perante a justiça, dificultando, assim, a melhoria do clima organizacional.

11.4 - Ações de Conhecimento e Aprendizagem

A capacitação dos empregados, no âmbito da CONAB, é desenvolvida como uma atividade contínua de Treinamento, Desenvolvimento e Educação, visando a melhoria do desempenho funcional, baseado na identificação das competências necessárias à alavancagem dos negócios e do processo de gestão da Companhia.

Seguindo a tendência de incentivo os colaboradores a buscarem a 1ª graduação em nível superior, permanece ao vigor a Resolução CONAB nº 003, de 05/03/2009, que estabelece o ressarcimento do percentual de 30% da matrícula e mensalidades pagas pelo empregado, limitado a o valor de R\$ 300,00/mês. Atualmente, apenas 02 (dois) integrantes do quadro da SUREG estão usufruindo do benefício, cujo valor pago em 2012 totalizou R\$ 2.592,00.

Em consonância com a competência delegada pela Resolução CONAB nº 001/2008, que autoriza a contratação treinamentos de forma descentralizada, no âmbito das Superintendências Regionais, sem a necessidade de submeter à aprovação da Diretoria, nossa SUREG PARÁ, conseguiu viabilizar a participação de **04 (quatro)** colaboradores da área financeira/orçamentária na **IX SEMANA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, promovida pela Escola Superior de Administração Fazendária ó ESAF, no mês de AGOSTO/2012. O investimento foi ínfimo, no total de **R\$ 800,00**, se considerada a relevância do conteúdo ministrado, incluindo oficinas do **NOVO CPR** (Contas a Pagar e Receber), oferecendo aos participantes a oportunidade dos primeiros contatos com o ambiente desse novo sistema, implantado somente em janeiro do exercício/2013.

Contudo, a maioria dos eventos de capacitação promovidos no exercício/2012, foi organizada pela Gerência de Capacitação ó GECAP ó Matriz.

Quadro 030 ó Ações de Capacitação Realizadas

TREINAMENTO	Nº PARTICIPANTES	ÁREA ATENDIDA
Elaboração do Relatório de Gestão	01	SUREG
Treinamento do NOVO CPR	01	GEFAD
Implantação do SISMAT	01	GEFAD
Encontro de Superintendentes e Gerentes	03	SUREG
Legislação Tributária Aplicada ao Sistema SAAGRA	02	GEFAD/GEOSE
Idem	01	UA ANANINDEUA
Idem	01	UA MARABÁ
Idem	01	UA SANTARÉM
Congresso Brasileiro de Planejamento Estratégico	01	GEOSE
Formação de Auditor do Sistema Nacional de Certificação de UA's	01	GEOSE
Encontro Nacional de Procuradores da CONAB	02	GEJUR

Fonte: Gefad/Pa

Em comparação ao exercício/2011, quando o gasto com capacitação no âmbito da SUREG PARÁ totalizou **R\$ 3.052,62**, atingindo apenas **05 treinados**, podemos avaliar com bastante positivo o desempenho na área de capacitação no exercício/2012, com crescimento de **263%** em número de beneficiados, atingindo o total de **19 treinados**, com um aumento proporcional no valor gasto, na ordem de **R\$ 43.982,53**.

Em que pese o avanço destacado, a determinação de submeter os procedimentos à Gerência de Capacitação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, tem dificultado bastante e até, inviabilizado a ampliação das ações de treinamento nesta SUREG, conflitando, inclusive, com a competência delegada pela Resolução CONAB nº 001/2008, supracitada.

11.5 - Informações Sobre Recursos Humanos da CONAB**11.5.1 - Composição do Quadro de Servidores Ativos****Quadro 031 ó Força de Trabalho da UJ ó Situação Apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Empregado em Cargos Efetivos	Não há	75	1	1
1.1. Cargos de Carreira	-	75	1	1
2. Empregado com Contrato Especial (2.1+2.2+2.3)	Não há	0	0	0
2.1. Diretor	-			
2.2. Assessor	-			
2.3. Requisitado	-			
3. Conselheiro de Administração / Fiscal	Não há			
4. Pensão Vitalícia	Não há			
5. Total de Empregados (1+2+3+4)		75	1	1

Fonte: Dige/Sugep

Em relação ao quantitativo de 74 empregados que encerrou o exercício de 2011, houve o incremento de 2, sendo 1 admissão por anistia, estabelecida pela Lei nº 8.878/94 e 1 por transferência da Matriz. Tivemos ainda, a redução de 1 empregado por falecimento, resultando no total de 75 empregados no final do exercício de 2012.

Quadro 032 ó Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ ó Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2)	5
1.1. Decreto n.º 4.050 de 12/12/2001	
1.2. Lei n.º 10.470 de 25/06/2002	5
2. Afastamentos (2.1+2.2)	1
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Aposentadoria ó invalidez temporária	1
3. Licença Remunerada (3.1+3.2)	0
3.1. Licença Maternidade ó 120 dias	
3.2. Licença Maternidade ó Emp Cidadã ó 60 dias	
4. Licença não Remunerada (particular)	1
5. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	
6. Total dos Empregados (1+2+3+4+5)	7

Fonte: Digepl/Sugepl

Dos 75 empregados lotados na SUREG PARÁ no final do exercício/2012, 7 compõem a situação de redução da força de trabalho, sendo 5 por cessão a outros órgãos, 1 licenciado por doença (INSS) e 1 gozando de licença sem remuneração.

Quadro 033 ó Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Funções Gratificadas	-	15	6	6
1.1. Empregado em Cargo de Carreira		15	6	6
1.2. Empregado com Contrato Especial / Conselheiros				
1.3. Empregado Requisitado				
2. Total de Empregados com Função Gratificada	-	15	6	6

Fonte: Digepl/Sugepl

Em que pese terem sido expedidas diversas Portarias, designando novos ocupantes de Funções Gratificadas, no âmbito desta SUREG PARÁ, os números do quadro acima, permaneceram inalterados, em razão da permuta ocorrida.

Quadro 034 ó Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Empregado de Cargo Efetivo	1	4	7	33	12
1.1. Em Cargo de Carreira	1	4	7	33	12
2. Empregado em Função Gratificada	0	4	5	7	2
2.1. Cargos de Carreira		4	5	7	2
2.2. Contrato Especial (Diretor, Assessor, Conselheiro)					
2.3. Requisitado					
3. Totais (1+2)	1	8	12	40	14

Fonte: Dige/Sugep

Em razão de permanecerem pendentes de solução, alguns assuntos que interferem diretamente na decisão de grande parte dos empregados, no que concerne aos seus desligamentos da empresa, como a garantia do Serviço de Assistência à Saúde - SAS para ex-empregados, a indefinição quanto à flexibilidade para ingresso no CIBRIUS, bem como, a possibilidade de deflagração de um Plano de Desligamento Voluntário Incentivado ó PDVI, cria-se um óbice à contratação de novos empregados por concurso público, cuja consequência, é o processo de envelhecimento do quadro de empregados da CONAB.

Seguindo essa tendência, o quadro funcional da SUREG PARÁ, apresenta-se com 40 empregados na faixa etária entre 51 e 60, correspondente a 53,33%, situação evidenciada no quadro acima.

Esse quadro, traz desdobramentos negativos quanto à mensuração do efetivo potencial da força de trabalho, refletindo no elevado nível de afastamentos por doença, causado pela idade avançada.

Outro aspecto também observado, especialmente nos empregados de idade mais avançada, é a resistência às inovações e o desinteresse em participar de treinamentos, trazendo prejuízo ao desempenho da equipe.

Quadro 035 ó Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
1. Empregado de Cargo Efetivo	0	1	2	3	7	1	25	4	14	4	1	0	0	0
1.1. Em Cargo de Carreira	0	1	2	3	7	1	25	4	14	4	1	0	0	0
2. Empregado em Função Gratificada	0	0	0	0	0	0	0	0	7	5	1	0	0	0
2.1. Cargos de Carreira							0		7	5	1			
2.2. Contrato Especial (Diretor, Assessor, Conselheiro)														
2.3. Requisitado														
3. Totais (1+2)	0	1	2	3	7	1	25	4	21	9	2	0	0	0

LEGENDA - Nível de Escolaridade: 1 - Analfabeto; 2 - 4ª série incompleta; 3 - 4ª série completa; 4 - 5ª a 8ª incompleta; 5 - 1º grau completo; 6 - 2º grau incompleto; 7 - 2º grau completo; 8 - superior incompleto; 9 - superior completo; 10 - Pós-Graduação; 11 - Mestrado; 12 - Doutorado; 13 - PHD; 14 - mestrado s/ defesa de tese.

Fonte: Dige/Sugep

No que tange ao nível de escolaridade dos empregados da SUREG PARÁ, observa-se um crescente movimento na busca pela 1ª Graduação, seguindo também uma tendência, determinada pelo grande número de instituições instaladas nesta capital, aumentando a oferta de vagas e favorecendo esse quadro.

Incentivados também pelo benefício instituído pela Resolução CONAB nº 003, de 05/03/2009, que estabelece o ressarcimento do percentual de 30% do valor da matrícula e mensalidades pagas pelo empregado, limitado ao valor de R\$ 300,00/mês, tivemos na SUREG PARÁ a migração de 04 (quatro) colaboradores da situação 7 (segundo grau completo) para a situação 8 (superior incompleto).

Houve, ainda, a variação positiva no número de colaboradores que concluíram suas graduações no 3º grau, passando de 18 para 21.

11.5.2 - Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 036 ó Composição do Quadro de Estagiários

Escolaridade	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre	(em R\$1,00)
1. Nível Superior	10	10	10	10	85.254,85
1.1 Área Fim	5	5	5	5	
1.2 Área Meio	5	5	5	5	
2. Nível Médio	1	1	1	1	
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio	1	1	1	1	
3. Total (1+2)	11	11	11	11	85.254,85

Fonte: Gefad/Seade

O quadro acima demonstra a distribuição dos estagiários contratados de níveis Superior e Médio, de acordo com suas áreas de lotação. Essa situação se manteve inalterada em relação aos exercícios anteriores.

11.5.3 ó Custos Associados à Manutenção dos Recursos Humanos

Quadro 037 ó Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis (em R\$)						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2010	3.950.438,28	-	-	-	32.310,00	666.845,44	-	293.023,07	-	4.942.616,79
	2011	4.181.626,37	-	-	-	47.938,00	672.809,32	-	7.865,00	-	4.910.238,69
	2012	4.279.072,24	-	-	5.500,56	33.640,00	731.778,46	-	117.003,84	-	5.166.995,10
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2010	103.575,59	-	-	-	-	38.087,51	-	1.463,05	-	143.126,15
	2011	115.232,36	-	-	-	-	38.072,74	-	3.170,20	-	156.475,30
	2012	140.214,93	-	-	-	-	45.151,06	-	2.848,77	-	188.214,76
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial (Assessores / Diretores / Jetons)											
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2010	1.889.741,79	-	744.170,80	-	33.737,00	227.201,10	-	152.863,53	-	3.047.714,22
	2011	2.456.754,56	-	788.973,00	-	7.813,00	222.674,80	-	-	-	3.476.215,36
	2012	3.389.994,74	-	901.876,98	-	2.925,00	275.909,80	-	92.837,34	-	4.663.543,86
Pensão Vitalícia											
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00

Fonte: Dige/Sugep

O custo com pessoal da SUREG PARÁ no exercício/2012, apresentou uma variação positiva de 17,27% em relação do exercício anterior, passando de R\$ 8.542.929,35 para R\$ 10.018.753,72. Desse montante, R\$ 211.966,65 corresponde ao custo com os (05) cinco empregados cedidos a outros órgãos, que equivale a 2,12% do total gasto com pessoal pela SUREG PARÁ.

No que diz respeito ao contingente que exerce função gratificada na SUREG PARÁ, o custo de pessoal atingiu em 2012 o total de R\$ 3.069.603,82, equivalente a 30,64% do total custo total de pessoal no período.

11.5.4 ó Locação de Mão-de-Obra Mediante Contratos de Prestação de Serviços

Quadro 038 ó Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante															
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento															
UG/Gestão: 135242 ó 22211										CNPJ: 26.461.699/0078-60					
Informações sobre os contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
					Início	Fim	F		M		S			P	C
							P	C	P	C	P	C			
2008	V	O	001/2008	03.257.467/0001-00	24/04/12	23/04/13	-	10	-	11	-	1	A	-	22
2010	L	O	006/2010	06.028.733/0001-10	28/10/12	27/10/13	-	1	-	2	-	-	A	-	3

Observações:
 Legenda: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
 Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado

Fonte: Gefad/Seade

O quadro acima demonstra o quantitativo de empregados terceirizados, utilizados na execução dos serviços de limpeza e vigilância ostensiva, contratados por meio de licitação, em consonância com a legislação vigente.

O quantitativo de mão-de-obra empregada, bem como o seu nível de escolaridade, permanecem inalterados em relação aos exercícios anteriores.

Quadro 039 ó Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante															
Nome:															
UG/Gestão:										CNPJ:					
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2012	9	O	07.056/2012	04.615.616/0001-28	08/10/12	07/10/13								X	A
2012	12	O	07.046/2008	05.802.737/0001-41	01/06/12	31/05/13								X	A
2012	2	O	07.365/2011	06.855.175/0007-52	01/10/12	30/09/13				X					A

Observações:
LEGENDA
Área:
 1. Segurança;
 2. Transportes;
 3. Informática;
 4. Copeiragem;
 5. Recepção;
 6. Reprografia;
 7. Telecomunicações;
 8. Manutenção de bens móveis;
 9. Manutenção de bens imóveis;
 10. Brigadistas;
 11. Apoio Administrativo ó Menores Aprendizizes;
 12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Gefad/Seade

O quadro acima, relaciona no 1º item o contrato mantido com a empresa **ELEVADORES OK LTDA**, para realizar a manutenção do elevador instalado na Sede da SUREG PARÁ.

O item 2, evidencia o contrato celebrado do a empresas **PAIVA & BORGES ADVOGADOS ASSOCIADOS EPP**, para a prestação de serviços advocatícios.

O 3º item, diz respeito ao contrato da empresa **SERVI-SAN LTDA**, para fornecimento de 02 (dois) motoristas, sendo um lotado na Sede e outro na UA ANANINDEUA, em razão da inexistência desta categoria de trabalhador no quadro da SUREG PARÁ.

11.5.5 ó Demonstrativo de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados no Exercício

Os empregados da CONAB têm seus contratos regidos pela CLT, não havendo portanto, limite de idade que determine o desligamento do quadro de pessoal da Companhia, podendo, assim, permanecerem desempenhando suas funções, mesmo após a obtenção da aposentadoria, junto à Previdência Social.

Na SUREG PARÁ em 2012, tivemos a inclusão de 02 (dois) funcionários, sendo uma por força de Anistia, prevista na Lei nº 8.878/94 e uma por transferência com origem na Matriz.

Houve, ainda, a exclusão de um colaborador, ocorrida por falecimento.

11.5.6 ó Perspectivas de Aposentadorias e Estratégia de Recomposição de Pessoal

**Quadro 040 - Perspectivas de Aposentadoria
(Por Tempo de Serviço)**

FUNÇÕES	TOT (A)	APS (B)	(A-B)	2012	2013	2014	2015	2016	2017
ASG/AJUDANTE GERAL	4	0	4		1			1	
ASGARMAZENISTA	0	0	0			1			
AAD/AUXILIAR ADMINISTRATIVO	0	0	0			1			2
AAD/AUXILIAR DE OPERAÇÕES	4	1	4			1			1
AAD/AUX. DE RECURSOS HUMANOS	0	0	0						
AAD/AUX. DE REC. FINANCEIROS	0	0	0	1					
ATA/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1	0	1						
ATO/ASSISTENTE DE OPERAÇÕES	2	0	2			2			
ATA/ASSIST DE REC. FINANCEIROS	1	0	1						
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2	0	2						
ASSISTENTE DE OPERAÇÕES	2	0	2						
ASSISTENTE DE REC HUMANOS	1	0	1						
TNS/TÉCNICO DE OPERAÇÕES	1	0	1	1					
ANALISTA ADMINISTRATIVO	0	0	0				1		
ANALISTA DE CONTABILIDADE	1	0	1		1				
ANALISTA DE OPERAÇÕES							1		
ANALISTA PROCURADOR	0	0	0				1		
T O T A I S	19	1	19	2	2	5	3	1	3

Fonte: Gefad/Pa

Como envelhecimento do quadro funcional da SUREG PARÁ, as demandas pela aposentadoria junto à Previdência Social crescem, na proporção em que os colaboradores atingem o tempo de contribuição e a idade, exigidos por lei.

No quadro acima, consta a projeção pela busca desse benefício entre os anos de 2012 a 2017.

11.5.7 ó Principais Indicadores de Desempenho da Gestão de Pessoas

Quadro 041 ó Principais Indicadores de Desempenho da Gestão de Pessoas

Nome do Indicador: Rotatividade ou Turnover Total	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Monitorar indícios de problemas relacionados a: processo seletivo, sistema de remuneração e benefícios, clima organizacional, perda da cultura organizacional e de capital intelectual, mercado de trabalho aquecido.	75	74	74
Análise: 1. Análise do Indicador de Rotatividade ou Turnover			
A baixa variação na rotatividade no período de 2010 a 2012 na SUREG PARÁ, decorre da indefinição de questões internas, relacionadas à gestão de pessoal, como a Assistência Médica extensiva aos ex-empregados, a concessão dos níveis por antiguidade/meritocracia amplamente demandados judicialmente, bem como a deflagração de um Plano de Desligamento Voluntário ó PDVI atrativo, capaz de motivar a saída digna desse contingente e, por consequência, abrindo as necessárias vagas a serem ofertadas em concurso público.			
Nome do Indicador: Percentual de Realização de Exames Médicos Periódicos	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional- PCMSO.	38	74	32
Análise: 2. Análise do Indicador Percentual Realização de Exames Médicos Periódicos			
Em que pese a SUREG PARÁ oferecer anualmente aos corpo funcional, em consonância com a legislação vigente, a possibilidade de realização dos exames médicos, existe resistência de alguns empregados, quanto ao cumprimento dos prazos estabelecidos, resultando nessas distorções.			
Nome do Indicador: Ocorrências de Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais em Relação ao Quadro de Lotação Médio	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Monitorar os processos e atividades voltadas à prevenção dos riscos laborais inerentes às atividades	2	2	0
Análise: 3. Análise do Indicador Ocorrência de Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais em Relação ao Quadro de Lotação Médio			
Os 02 (dois) afastamentos por acidentes ou doenças estão diretamente relacionados à elevada faixa etária do quadro funcional desta SUREG PARÁ, com tendência a aumentar, caso permaneçam indefinidas questões que incentivem o desligamento digno dos empregados com idade mais avançada, mencionados no item I deste quadro.			
Nome do Indicador: Percentual de Empregados com Nível Superior	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar a evolução desse grupo no conjunto do corpo funcional da Companhia	21	18	17
Análise: 4. Análise do Indicador Percentual de Empregados com Nível Superior			
O elevação de 04 (quatro) empregados na busca pela 1ª graduação, ocorrida na SUREG PARÁ, no período de 2010 a 2012, segue uma tendência determinada pelo aumento no número de instituições instaladas em nossa capital, favorecendo o acesso à 1ª graduação. Outro fator que tem contribuído para esse crescimento, é o benefício instituído pela Resolução CONAB nº 003, de 05/03/2009, que estabelece o ressarcimento do percentual de 30% do valor da matrícula e mensalidades pagas pelo empregado, limitado ao valor de R\$ 300,00/mês.			

Fonte: Gefad/Pa

11.6 - Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A Declaração de Cargo, Emprego ou Função Pública, preenchida pelos empregados por ocasião do ingresso no quadro de pessoal desta SUREG PARÁ, constitui-se na única ferramenta disponível, utilizada para coibir a ocorrência de acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos.

11.7 - Análise Operacional e Orçamentária da Entidade de Previdência Complementar Patrocinada pela CONAB ó Instituto CONAB de Seguridade Social ó CIBRIUS:

Todos os atos de gestão, controle e acompanhamento da entidade de previdência complementar patrocinada pela CONAB, são realizados no âmbito da CONAB/MATRIZ e serão objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

11.7.1 ó Identificação da Unidade

Quadro 042 - Identificação da Unidade (Entidade)

Nome	CIBRIUS
Razão Social	Instituto CONAB de Seguridade Social óCIBRIUS Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela CONAB (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil.
CNPJ	00.531.590/0001-89
Endereço	SCHGN 706/7 Bloco D nº 42 ó Brasília-DF-70740-704 ó www.cibrius.com.br
Plano de Benefícios	Plano de Benefício DefinidoóRegistrado no CNPB sob o n.º 19.790.007-19

Fonte: Cibrius

11.7.2 - Valor Total das Contribuições Pagas Pelos Empregados Participantes

Dos 75 empregados que compõem o quadro funcional da SUREG PARÁ, apenas 27 participam do CIBRIUS, os quais contribuíram no exercício de 2012 com o montante de R\$ 232.776,83, equivalente a 1,53% do total de contribuições da CONAB, na ordem de R\$ 15.179.741,18.

11.7.3 - Valor Total das Contribuições Pagas Pela Patrocinadora CONAB

A contribuição patronal relativas aos 27 participantes do CIBRIUS da SUREG PARÁ, atingiu o mesmo total de R\$ 232.776,83, correspondente a 1,53% do montante de contribuições patronais da CONAB, no valor de R\$ 15.173.095,79.

11.7.4 - Demonstrativo do Valor Pago de Benefícios pelo CIBRIUS

No âmbito da SUREG PARÁ, 26 participantes receberam benefícios durante o exercício/2012, cujo montante atingiu o valor de R\$ 372.269,83, correspondente a 1,63% do total de benefícios pagos em nível nacional, que totalizou R\$ 22.824.464,73.

12 - PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL

12.1 - Programas e Ações do PPA

12.1.1 - Análise do Cumprimento de Metas Físicas e Financeiras dos Programas e Ações de Responsabilidade da CONAB no PPA

Quadro 043 ó Ações Orçamentárias da UJ

Programa/ Órgão Resp	Objetivo	Iniciativa	Ação	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
					Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
2014 (MAPA)	0350	0113	2130 - Formação de Estoques	Prod Adquirido(t)	-10	-	1.000.000,00	580.130,01
		011F	2829 - Recuperação da Rede Própria	Unid Modernizada	1	3	113.153,26	13.771,36
		0119	2137 - Fiscalização dos Estoques	Fisc Realizada	10	33	15.000,00	7.270,82
	0623	02F5	4711 - Pesquisa de Safras	Pesq Realizada	4	4	10.000,00	6.299,76
2105 (MAPA)	Não tem	Não tem	00H1 - Pagamento de Pessoal Ativo	Não tem	Não tem	Não tem	2.500.000,00	2.443.388,37
			2000 - Administração da Unidade	Não tem	Não tem	Não tem	2.000.000,00	1.583.946,19
			2004 - Assistência Médica	Pessoa Benef	270	267	220.000,00	211.531,52
			20CW - Exames Periódicos	Servidor Benef	70	38	30.000,00	28.229,00
			2011 - Auxílio-Transporte	Servidor Benef	60	68	20.000,00	17.213,00
			2012 - Auxílio-Alimentação	Servidor Benef	72	73	450.000,00	441.124,29
			4572 - Capacitação de Servidores	Servidor Benef	80	76	50.000,00	41.257,09
0901 (SMJ)	Não tem	Não tem	00H2 - Pgto Depósitos Recursais	Não tem	Não tem	Não tem	237.500,00	237.031,50

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

12.1.2 - Principais Causas para Grandes Disparidades entre as Metas Planejadas e as Executadas e Comparativos com Exercícios Anteriores

Com relação à ação 2829, foram realizadas obras de pequena monta, descritas no quadro 025 do Capítulo 7, embora atendendo as três unidades armazenadoras sob jurisdição da SUREG-PA.

A meta realizada na Ação 2137 superou o previsto devido à fiscalização do PROVB sendo os custos menores em função da maioria dos deslocamentos terem sido nas proximidades da área metropolitana, utilizando os percursos rodoviários; a exceção foi de um deslocamento via área para região sudeste do Estado. Quanto às 2 etapas de fiscalização dos estoques públicos somente foram necessários gastos para deslocamento de empregados via aérea para Santarém e Marabá.

Outra discrepância que merece destaque, é o resultado demonstrado na Ação 20CW ó Exames Periódicos, cujo resultado (38), ficou muito abaixo da Meta Física (70) estabelecida, que pode ser justificado pela falta de comprometimento de parte do corpo funcional, no que tange ao cumprimento dos prazos para conclusão dos exames periódicos, em que pese as exaustivas cobranças da GEFAD.

12.1.3 - Indicadores de Desempenho Institucionais

Estão contemplados nos itens 3, 4, 6 e 7, em fase de avaliação por parte da SUREG-PA, a fim de estabelecer quais indicadores serão mantidos para acompanhamento mais permanente.

12.1.4 - Providências Corretivas a Serem Tomadas para o Próximo Exercício

O esforço maior para o próximo exercício será sem dúvida a concretização das reformas e serviços de maior monta a serem realizados nas Unidades Armazenadoras, em especial a Unidade de Ananindeua, a fim de proceder a adequada necessária visando a Certificação da mesma.

12.1.5 - Ações Orçamentárias de Outros Órgãos e Executadas pela UJ Através de Termos de Cooperação

A SUREG-PA realizou ações relativas aos Convênios celebrados entre a CONAB e o MDS e o SEPPIR, referentes à distribuição de cestas de alimento e ao Programa de Aquisição de Alimentos, na modalidade Compra com Doação Simultânea, conforme descrito no quadro a seguir.

Quadro 044 ó Ações de Outros Órgãos Executadas pela UJ

Programa	Ação	Valor
2069 (MDS)	2792 - Distribuição de Alimentos	4.017.337,31
	2798 - Aquisição de Alimentos AF	5.269.555,46
	2802 - Oper Aquisição alimentos	69.483,20
2069 (MDA)	2B81 - Aquisição de Alimentos AF	67.500,00
	2B83 - Oper Aquisição alimentos	537,03
Total		9.424.413,00

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

A seguir breve análise das Ações:

a) Ações do MDS e do MDA

As ações 2792, 2798 e 2802 são ações orçamentárias do MDS e as ações 2B81 e 2B83 do MDA, porém executadas pela CONAB através de Termos de Cooperação.

A execução destas ações está detalhada no item 3.2.2 - Programa Aquisição de Alimentos-PAA.

b) Desenvolvimento Quilombo e Matrizes Africanas

Termo de Cooperação realizado entre a CONAB e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República para viabilização de embalagem e transporte para distribuição gratuita de cestas de alimentos às comunidades tradicionais de matriz africana.

A SUREG-PA realizou a entrega de 110.811 kg de alimentos compondo 5.000 cestas para o atendimento de 1.100 famílias vinculadas às comunidades tradicionais de matriz africana.

12.2 - Restos a Pagar

Quadro 045 ó Situação dos Restos a Pagar dos Exercícios Anteriores

Valores em R\$

UG:135245 - UA ANANINDEUA 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamento acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	30.222,01		30.222,01	
2010				
2009	18.045,67			18.045,67 (*)
2005	5.842,28			5.842,28 (*)
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamento acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011				
2010	9.995,00	9.995,00		
2009				
2005				
Observações:				

Fonte: Diafi/Sucon

23.887,95 (*)

5.842,28	2005ne000183	PROTEC SERVICE
3.135,67	2009ne000006	FALCON VIGILÂNCIA
14.910,00	2009ne000163	COOMTEC-COOP.MISTA E TRAB.

12.2.1 - Análise Crítica dos Restos a Pagar Processados de Exercícios Anteriores

O saldo acumulado em Restos a Pagar Processados, remanescentes de exercícios anteriores está concentrado na **UG 135245 ó UA ANANINDEUA**, jurisdicionada desta UJ, sobre o qual apresentamos a seguinte análise:

Refere-se aos saldos dos empenhos 2005NE000183 PROTEC SERVICE, no valor de **R\$ 5.842,28** e 2009NE000006 FALCON VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, no valor de **R\$ 3.135,67**, ambas empresas remanescentes de contratos de vigilância, cujos saldos serão utilizados para a garantia de créditos em favor de seus ex-empregados oriundos de reclamações trabalhistas ajuizadas, sem conclusão até o momento.

Totalizando a composição deste valor, acrescente-se o saldo do empenho 2009NE000163, em favor da empresa COOMTEC COOPERATIVA MISTA DE TRABALHADORES, no valor de **R\$ 14.910,00**, referente à elaboração de projetos elétricos de automação e proteção do sistema de bombas/combate a incêndio, cuja execução está dependendo de ajustes no projeto.

12.2.2 - Análise Crítica dos Restos a Pagar Não Processados de Exercícios Anteriores

Em relação aos Restos a Pagar Não Processados de Exercícios Anteriores, o valor de **R\$ 9.995,00**, constante do quadro acima, refere-se ao saldo do empenho 2009NE000163 da **UG 135245 ó UA ANANINDEUA**, emitido em favor da empresa COOMTEC ó COOPERATIVA DE MISTA TRABALHADORES, destinado à execução de projeto de construção de Sala de 50m² para a instalação de arquivos, objeto do processo nº 07.062/2009, não executado até a presente data, devendo ser providenciada a baixa do registro e devolução do recurso.

12.3 - Demonstrações Contábeis

12.3.1-Demonstrações Contábeis Previstas na Lei nº6.404/76 Incluindo Notas Explicativas

VER ANEXO I ó PÁGINAS 64

12.4 - Gestão do Patrimônio Imobiliário

Quadro 046 ó Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Localização Geográfica	Quantidade de imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ		Observação
	Exercício 2012	Exercício 2011	
PARÁ	9	10	Os armazéns de Alenquer, Anapu e Brasil Novo, um prédio em Nova Marabá e um galpão em Marabá estão destinados a venda (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária, realizada em 24/02/2010). Um dos imóveis de Santarém foi vendido ao Detran/PA
Alenquer	1	1	
Ananindeua	1	1	
Anapu	1	1	
Belém	1	1	
Brasil Novo	1	1	
Santarém	1	2	
Marabá	2	2	
Nova Marabá	1	1	
Subtotal Brasil	9	10	
Subtotal Exterior	0	0	

Fonte: Diafi/Supad

13 - GOVERNANÇA E CONTROLES

13.1 - Controle Interno da UJ

Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos: a) Ambiente de controle; b) Avaliação de risco; c) Atividades de controle; d) Informação e Comunicação; e) Monitoramento.

Quadro 047 ó Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				x	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		x			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		x			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		x			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		x			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva,				x	

atual, precisa e acessível.					
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			x		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		x			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Análise Crítica: Em que pese a clareza dos objetivos e metas estarem devidamente formalizados, e a adoção dos mecanismos de controle, existem fragilidades no monitoramento e na mensuração dos riscos, necessitando ampliar a participação em todos os níveis hierárquicos, vinculadas às diretrizes de avaliação de riscos da Matriz.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Fonte: Gefad/Geose/Pa

13.2. Deliberações do TCU e CGU

13.2.1 - Informações Sobre as Providências Adotadas para Atender às Deliberações Exaradas em Acórdãos do TCU ou em Relatórios de Auditoria do Órgão de Controle Interno a que a Unidade Jurisdicionada se Vincula ou as Justificativas para o Não Cumprimento.

Quadro 048 - Recomendações do OCI Pendentes no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB			087379
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201205157	4. Gestão do Patrimônio	Ofício nº 34223/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO ó CONAB			087379
Descrição da Recomendação			
Foi constatada a inexistência de registro no SPIUnet referente aos 9 imóveis de propriedade da empresa			
Justificativa Apresentada pelo Seu não Cumprimento			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO ó CONAB			087379
Justificativa para o Seu não Cumprimento			
A CONAB está desobrigada a registrar os imóveis da União sob sua responsabilidade no SPIUnet, pelo fato deles pertencerem à Administração Indireta.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O descumprimento dessa providência ocorreu por entendimento equivocado de consulta feita pela Superintendência de Administração, na Matriz, à Secretaria do Patrimônio da União, em Brasília, cuja resposta oferecida pelo Ofício nº 20722012-DECAP/SPU/MP induziu à desobrigação da CONAB registrar seus imóveis no SPIUnet. Contudo, após a recomendação no Relatório da CGU, a SUPAD estará providenciando a treinamento de 05 (cinco) colaboradores lotados na Matriz, para a inserção dessas informações no SPIUnet, estendendo-se, posteriormente à SUREG PARÁ.			

Fonte: Supad/Gefad

ANEXO I

ATIVO	2012	2011
CIRCULANTE	3.989.785.632,16	4.735.555.770,99
DISPONÍVEL	1.062.948,21	1.060.620,29
Aplicações Financeiras	1.062.948,21	1.060.620,29
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.257.680.697,73	1.049.032.903,78
CRÉDITOS A RECEBER	836.574.305,27	751.495.446,69
Devedores por Fornecimento	129.213.729,66	56.500.746,34
Créditos Tributários	254.355.142,72	241.839.835,13
Recursos a Receber	294.015.714,76	255.652.866,06
Créditos Diversos a Receber	158.989.718,13	197.501.999,16
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	415.358.599,17	292.645.279,10
Entidades Devedoras	14.332.120,28	9.357.615,19
Créditos Parcelados	300.036,20	333.691,76
Recursos da União	400.726.442,69	282.953.972,15
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	5.747.793,29	4.892.177,99
Adiantamentos a Pessoal	5.747.472,44	4.891.922,99
Adiantamento - Suprimento de Fundos	320,85	255,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	2.730.990.524,25	3.685.418.718,01
Estoques para Alienação	2.115.377.882,56	3.198.418.642,31
Estoques de Distribuição	238.923,69	833.496,89
Estoques Internos - Almoxarifado	2.131.162,27	2.361.623,43
Títulos e Valores em Circulação	726.894,10	297.510,99
Materiais em Trânsito	14.012.129,18	10.953.770,27
Compra Antecipada - Entrega Futura	598.503.532,45	472.553.674,12
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	51.461,97	43.528,91
Valores Pendentes	51.461,97	43.528,91
ATIVO NÃO CIRCULANTE	690.052.429,58	573.912.136,02
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	440.680.922,16	317.083.667,52
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	138.972.505,18	131.473.814,53
Recursos Vinculados	138.972.505,18	131.473.814,53
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	301.708.416,98	185.609.852,99
Devedores - Entidades e Agentes	859.260,58	18.009.747,77
Créditos Diversos a Receber	300.849.156,40	167.600.105,22
INVESTIMENTOS	78.259.470,34	80.222.308,20
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	50.456.179,46	52.419.017,32
IMOBILIZADO	171.051.777,13	176.527.368,99
Bens Imóveis	291.652.350,92	283.851.400,50
Bens Móveis	81.451.507,83	78.406.481,55
Depreciações	(202.052.081,62)	(185.730.513,06)
INTANGÍVEL	60.259,95	78.791,31
TOTAL	4.679.838.061,74	5.309.467.907,01

PASSIVO	2012	2011
CIRCULANTE	4.273.054.852,68	4.952.025.232,72
DEPÓSITOS	51.147.069,88	117.196.011,03
CONSIGNAÇÕES	3.011.624,79	2.085.251,58
Pensão Alimentícia	0,00	7.857,41
Planos de Seguros	204.020,81	171.862,58
Empréstimos	434.452,25	318.626,29
Outros Tributos e Consignações	2.373.151,73	1.586.905,30
RECURSOS DA UNIÃO	20.586.329,15	17.168.338,92
Recursos Fiscais	8.101.192,65	3.992.906,67
Recursos Previdenciários	12.485.136,50	13.175.432,25
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	27.549.115,94	97.942.420,53
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.221.907.782,80	4.834.829.221,69
OBRIGAÇÕES A PAGAR	208.872.496,53	177.842.494,99

Fornecedores	86.641.055,71	141.725.112,72
Pessoal a Pagar	516.919,24	23.155,73
Encargos Sociais a Recolher	1.215.411,52	1.081.527,22
Obrigações Tributárias	35.080,16	5.514.065,85
Débitos Diversos a Pagar	103.952.529,90	22.014.777,50
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	16.511.500,00	7.483.855,97
PROVISÕES	234.073.968,59	242.630.604,68
Provisão para Férias	34.855.212,97	28.907.028,79
ICMS s/Mercadorias para Revenda	360.985,37	948.502,50
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	129.702.306,05	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	373.022,36	3.631.971,12
Provisão para o PIS/PASEP	33.268,41	0,00
Encargos Sociais sobre Provisões	13.029.501,44	10.802.033,97
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	848.230.145,43	617.049.103,45
Entidades Credoras	848.230.145,43	617.049.103,45
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
Operações Especiais	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	20.119.426,21	6.606.203,92
Adiantamentos de Clientes	20.119.426,21	6.606.203,92
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	38.207,12	3.899,48
OUTRAS OBRIGAÇÕES	24.359,02	23.958,52
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	1.639.318,35	18.228.235,37
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	1.569.898,35	18.158.815,37
OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.569.898,35	18.158.815,37
Entidades de Previdência Complementar	609.143,54	17.628.171,34
Entidades Federais	960.754,81	530.644,03
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	405.143.890,71	339.214.438,92
Capital	302.801.001,74	223.180.498,85
RESERVAS	102.342.888,97	92.323.612,21
Reservas de Capital	0,00	26.544.719,04
Reservas de Lucros	102.342.888,97	65.778.893,17
LUCROS A DESTINAR	0,00	23.710.327,86
TOTAL	4.679.838.061,74	5.309.467.907,01

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

DESCRIÇÃO	2012	2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	69.894.883,89	35.142.943,63
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(66.444.651,42)	(16.445.192,33)
Depreciações e Amortizações	16.340.099,92	16.748.494,11
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(167.449.753,47)	(47.196.622,59)
Redução (Aumento) nos Créditos Tributários	(14.576.303,05)	49.251.717,85
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(38.362.848,70)	(166.221.687,16)
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(122.151.749,90)	(173.023.690,24)
Aumento em Pessoal e Encargos	(193.659,85)	(320.418,61)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	0,00
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(7.933,06)	(19.450,94)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	74.304.417,01	65.743.977,21
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	27.780.469,10	108.441.168,54
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	(70.393.304,59)	86.253.330,61
Aumento nos Dividendos a Pagar	0,00	0,00
Aumento (Redução) nas Provisões	(8.929.658,45)	(4.405.658,85)
Aumento nas Entidades Credoras	231.181.041,98	67.826.769,11
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	13.513.222,29	(8.797.876,80)
Aumento nos Recursos Vinculados	(7.498.690,65)	(10.725.244,57)
Redução nas Operações de Crédito Externa	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.450.232,47	18.697.751,30
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Outros Investimentos	1.962.837,86	40.532,10
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(10.845.976,70)	(13.174.796,93)
Compras de Imobilizado	0	0
Recebimentos por Vendas de Ativos Permanentes	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(8.883.138,84)	(13.134.264,83)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Transferência p/Aumento de Capital	0	0
Reserva Legal	0,00	0,00
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	(16.511.500,00)	(7.483.855,97)
Aumento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	9.027.644,03	5.044.603,76
Outras Reservas de Capital	0,00	0,00
Resultado de Exercício Anterior	12.919.090,26	0,00
Lucros a Destinar do Exercício	0,00	0,00
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	0,00	(3.036.040,38)
Pagamentos de Empréstimos	0	0
Juros Pagos por Empréstimos	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	5.435.234,29	(5.475.292,59)
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	2.327,92	88.193,88
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	2.327,92	88.193,88
No Início do Exercício	1.060.620,29	972.426,41
No Final do Exercício	1.062.948,21	1.060.620,29

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

DETALHAMENTO	2012	2011
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	1.161.925.365,90	1.512.002.937,51
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	1.143.777.023,65	1.485.458.349,46
Vendas Estoques Estratégicos	709.832.816,18	1.045.067.566,87
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	433.908.271,75	438.978.418,25
Vendas Abastecimento Social	131,98	3.345,00
Vendas Atacado e Outros	55.487,57	371.148,25
Adição a Receita de Vendas	-19.683,83	1.037.871,09
RECEITA DE SERVIÇOS	18.148.342,25	26.544.588,05
Serviços de Armazenagem	18.101.716,25	26.544.588,05
Outros Serviços	46.626,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	24.073.328,76	51.072.109,48
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	1.137.852.037,14	1.460.930.828,03
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	1.788.252.026,05	1.802.447.120,83
CMV - Estoques Estratégicos	1.183.327.565,45	1.319.306.324,76
CMV - Estoques Reguladores - PGPM	604.378.143,98	481.717.944,83
CMV - Atacado e Outros	546.316,62	1.422.851,24
ARREDONDAMENTOS	-9.920,43	32.070,11
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	-696.840.007,96	-554.555.037,22
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	46.449.939,48	213.006.674,31
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	764.468.149,53	717.158.725,56
(-)DESPESAS DE PESSOAL	509.924.223,30	413.343.157,13
Vencimentos e Vantagens Fixas	332.652.424,04	276.891.485,50
Obrigações Patronais	126.840.878,84	103.612.351,72
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	28.349.997,41	16.245.384,43
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	22.080.923,01	16.593.935,48
(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	254.543.926,23	303.815.568,43
Despesas/Receitas Financeiras	346.700,78	118.982,68
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	28.586.805,52	28.990.855,03
Transferências ao Exterior	6.084.264,14	3.218.477,00
Material de Consumo	9.810.860,28	41.494.679,08
Diárias - Pessoal Civil	8.056.470,40	5.820.317,04
Passagens e Despesas com Locomoção	3.611.585,46	2.201.320,55
Serviços de Consultoria	16.050,00	1.200,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.652.212,98	2.375.404,13
Locação de Mão-de-Obra	19.417.652,25	18.151.435,12
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	96.070.236,48	95.088.211,61
Obrigações Tributárias e Contributivas	34.519.289,44	68.490.307,90
Aquisições de Bens para Revenda	0,00	39.508,41
Outras Despesas Operacionais	45.371.798,49	37.824.869,88
(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	726.199.545,59	530.120.796,49
Transferências Financeiras	622.661.615,28	426.349.899,66
Multas e Encargos de Outras Origens	2.842.321,40	3.859.028,14
Indenizações e Restituições	89.216.674,18	91.201.398,09
Receitas Imobiliárias	5.472.456,95	5.265.428,31
Receitas de Valores Mobiliários	7.620,65	13.525,42
Receitas Diversas	5.998.857,13	3.431.516,87
(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA	0,00	-188.982,97
RESULTADO OPERACIONAL	8.181.335,54	26.157.728,21
OUTROS RESULTADOS	61.713.548,34	8.985.215,42
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS	62.382.929,49	8.441.523,58
Alienação de Bens Móveis	-528.318,27	-195.251,94
Alienação de Bens Imóveis	62.021.722,58	8.328.321,75
Depreciação - Reversão	889.525,18	308.453,77
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	669.381,15	-543.691,84
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	69.894.883,88	35.142.943,63
Provisão para Imposto de Renda	270.890,59	2.651.679,50
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	102.131,77	980.291,62

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	69.521.861,52	31.510.972,51
LUCRO POR AÇÃO	37,38	16,94

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

DESCRIÇÃO	2012	%	2011	%
1. RECEITAS	1.223.638.914,24	175,98	1.520.987.917,36	244,72
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.161.925.365,90	167,11	1.512.002.701,94	243,27
1.2 - Outros Resultados	61.713.548,34	8,88	8.985.215,42	1,45
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.237.000.179,82	177,90	1.412.640.897,96	227,29
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.092.608.112,80	157,14	1.250.111.215,84	201,14
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	144.392.067,02	20,77	162.529.682,12	26,15
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	-13.361.265,58	-1,92	108.347.019,40	17,43
4. RETENÇÕES	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74
4.1 - Depreciação	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	-30.969.863,60	-4,45	91.296.982,35	14,69
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSF	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	695.325.323,43	100,00	621.527.868,55	100,00
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	695.325.323,43	100,00	621.527.868,55	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	564.854.207,35	81,24	466.503.587,64	75,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	58.103.893,70	8,36	117.452.488,38	18,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.472.338,49	0,36	2.428.848,90	0,39
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	69.894.883,89	10,05	35.142.943,63	5,65
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	270.890,59	0,04	2.651.679,50	0,43
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	102.131,77	0,01	980.291,62	0,16
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	69.521.861,53	10,00	31.510.972,51	5,07
8.8 - Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	16.511.500,00	2,37	7.483.855,97	0,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	3.476.093,08	0,50	1.575.548,63	0,00
8.10 - Lucros Retidos	49.534.268,45	7,12	22.451.567,91	3,61

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

DISCRIMINAÇÃO	RESERVAS DE CAPITAL				RESERVAS DE LUCROS			
	Capital realizado	Correção Monet do Capital	Transf p/ aumento de Capital	Outras reservas de Capital	Reserva legal	Reservas de Retenção do Lucro	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
SALDO EM 01/01/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	-40.246.567,95	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							-3.036.040,38	-3.036.040,38
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		-1.575.548,63	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-7.483.855,97	0,00
SALDO EM 31/12/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	13.961.869,27	51.817.023,90	23.710.327,86	339.214.438,92
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	79.620.502,89							0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERC ANT							-23.710.327,86	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES								12.919.090,26
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							69.521.861,53	0,00
RES. DE CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL		-25.373.084,13						0,00
RES. DE TRANSP/AUM.DE CAPITAL			-443.496,71					0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				-728.138,20				0,00
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						32.000.160,89	-49.534.268,45	49.534.268,45
CONSTITUIÇÃO DA RESERVA					4.563.834,91		-3.476.093,08	3.476.093,08
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO							-16.511.500,00	0,00
SALDO EM 31/12/2012	302.801.001,74	0,00	0,00	0,00	18.525.704,18	83.817.184,79	0,00	405.143.890,71

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Composição Acionária do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 302.801.001,74 (trezentos e dois milhões, oitocentos e um mil, um real e setenta e quatro centavos), dividido em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

José Carlos de Andrade
Superintendência de Contabilidade
Superintendente
Contador CRC/DF 005969/0-5

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	13	Endividamento
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	14	Depósitos de Diversas Origens
03	Alterações na Legislação Societária	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	16	Operações de Crédito
05	Créditos Tributários	17	Provisão para IRPJ e CSLL
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	18	Juros Sobre Capital Próprio
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	19	Resultado do Exercício
08	Devedores por Fornecimento	20	Patrimônio Líquido
09	Contas a Receber	21	Diversos Responsáveis em Apuração
10	Devedores ó Entidades e Agentes	22	Benefícios Concedidos aos Empregados
11	Recursos Vinculados	23	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
12	Bens de Estoques	24	Termos de Cooperação Técnica

Nota 1 ó Contexto Operacional

A Companhia Nacional de Abastecimento ó CONAB, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ó MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de *contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 25 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores, destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

Nota 2 ó Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo

apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal ó SIAFI.

Por força das Decisões Normativas ó DN/TCU nº 124/2012, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados do Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Tocantins, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

Nota 3 ó Alterações na Legislação Societária

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Nota 4 ó Resumo das Principais Práticas Contábeis

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

a) *Equivalente de Caixa*: Refere-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

b) *Créditos a Receber*: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

c) *Estoques Públicos*: A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

c.1) *Demais Estoques*: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

c.2) *Valor Presente dos Estoques*: Em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da CONAB, da 2ª quinzena de dezembro de 2012, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da CONAB, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

d) *Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem*: Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de

perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

e) Almoxarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

f) Investimentos: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a CONAB não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.047 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

g) Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

h) Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (õimpairmentõ): No exercício de 2012, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

j) Benefícios a Empregados: O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido ó BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

k) Ajustes de Exercícios Anteriores: Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2012, totalizaram R\$12.920 mil, e foram provenientes das baixas de provisão para contingências, dos valores relativos a liquidações de sentenças trabalhistas, ocorridas nos exercícios de 2010 e 2011.

l) Reconhecimento da Receita:

l.1) Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da CONAB, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

l.2) Diferimento de Receitas: O diferimento de receitas não realizadas, no montante de R\$17.957 mil, é decorrente dos registros de multas contratuais, em razão do elevado grau de insegurança do efetivo recebimento.

m) Provisões para Contingências: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$129.702 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2012, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver

necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

n) *Regime de Tributação:* Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte óBó do LALUR.

Nota 5 ó Créditos Tributários

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Descrição	Exercício	
	2012	2011
ICMS a Compensar	254.178	241.699
IRRF a Compensar	56	36
Contribuições Outros Impostos	121	105
Total de Créditos Tributários Circulante	254.355	241.840

Em R\$ mil

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

Nota 6 ó Limite de Saque com Vinculação de Pagamento

O montante de R\$294.016 mil, refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2013, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

Nota 7 ó Recursos a Receber do Tesouro Nacional

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 ó item 7.2 ó Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal ó Siafi, foi registrado o total de R\$221.547 mil, que contempla o saldo de Recursos a Receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em Restos a Pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$27.117 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados em 2012, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, custeio e aquisições de produtos da agricultura familiar, contratadas, a pagar no exercício seguinte;
- R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2012, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R\$155.892 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2013;
- R\$6.160 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0178, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte;

- R\$4.036 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0388, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas 011216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP ó INSCRIÇÃO e 011216.25.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP ó RETIFICADORA.

Nota 8 ó Devedores por Fornecimento

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$129.214 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

Nota 9 ó Contas a Receber

O total de R\$459.658 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Alienações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde ó SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros.

Os créditos a receber em cobrança na justiça e ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 038/2004 e estão assim demonstrados:

a) Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	8.358	4.081
Créditos por Cessão de Pessoal	316	743
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	14.827	12.497
Créditos por Infrações Legal/Contratual	135.489	180.181
Subtotal ó Circulante	158.990	197.502

b) Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	56.387	7.546
Títulos a Receber	15.298	30.188
Outros Créditos	975	635
Créditos a Receber em Poder da Justiça	46.310	129.051
Créditos a Receber Pend. de Decisão Judicial	158.006	0,00
Créditos por Infrações Legal/Contratual	23.692	180.181
Subtotal ó Não Circulante	300.668	167.420
Total ó (Circulante + Não Circulante)	459.658	364.922

Nota 10 ó Devedores - Entidades e Agentes

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e Termo Aditivo nº 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto CONAB de Seguridade Social ó CIBRIUS, que tratam das jóias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

a) Devedores - Entidades e Agentes ó Circulante

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Devedoras - Federais	14.332	9.358
Créditos Parcelados	300	334
Recursos da União - Equalização	400.726	282.954
Total ó Circulante	415.358	292.646

Em R\$ mil

b) Devedores - Entidades e Agentes - Não Circulante

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Federais	609	17.628
Créditos Parcelados	188	307
Créditos a Recuperar	62	75
Total ó Não Circulante	859	18.010

Em R\$ mil

Nota 11 ó Recursos Vinculados

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$138.972 mil.

Nota 12 ó Bens de Estoques

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação ó Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$598.503 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) ó CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) ó CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2012; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural ó CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Estoques de Mercadorias	2.115.378	3.198.419
Estoques de Almoxarifado	2.858	2.659
Materiais em Trânsito	14.012	10.954
Compra Antecipada - CPR	598.503	472.554
Estoques de Distribuição	239	833
Total	2.730.990	3.685.419

a) Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2012, as equalizações totalizaram R\$696.840 mil.

Nota 13 ó Endividamento

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2012, as obrigações circulantes, totalizavam R\$4.273.055 mil.

Nota 14 ó Depósitos de Diversas Origens

Estão representados pelo montante de R\$27.549 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto ó VEP e Outros.

Nota 15 ó Contingências, Compromissos e Responsabilidades

Passivo Contingente ó Provável

A CONAB é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

- *Trabalhistas*: Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.
- *Tributárias*: Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro

Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.

- *Cíveis*: Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os Planos Econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas ó Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC N° 22, aprovado pela Deliberação CVM n° 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	48.603	66.445	110.195	212.373
Trabalhista	326.408	348.328	323.877	350.788
Tributária	8.021	8.052	16.346	16.346
Total	383.032	422.825	450.418	579.507

Passivo Contingente ó Possível

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas ó Prováveis. São compostas das seguintes ações:

- *Cíveis*: São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.
- *Trabalhistas*: São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto CONAB de Seguridade Social - CIBRIUS, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.
- *Tributárias*: São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	12.130	118.234	15.481	131.747
Trabalhista	48.603	115.478	64.350	111.007
Tributária	75.186	108.621	21.821	108.892
Total	135.919	342.333	101.652	351.646

Ativo Contingente ó Provável

A CONAB é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

- *Cível*: Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.
- *Trabalhista*: Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

- *Tributária:* Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Descrição	Em R\$ mil			
	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2012	2011	2012	2011
Cível	124.475	66.446	96.237	210.756
Trabalhista	8.429	348.328	7.089	350.768
Tributária	8.052	8.052	18.346	18.346
Total	140.956	422.826	121.672	579.870

Nota 16 ó Operações de Crédito

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à CONAB, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2012, corresponde a R\$2.910.549 mil.

Nota 17 ó Provisão para IRPJ e CSLL

As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2012, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real ó LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevalentes, no valor de R\$271 mil e R\$102 mil, respectivamente.

Nota 18 ó Juros sobre Capital Próprio

Neste exercício, nos termos dos artigos 192 e 202 da Lei nº 6.404/76, do art.9º da Lei nº 9.249, de 26/12/1995 e em face da previsibilidade contida no art. 28 § 3º do Estatuto Social, a CONAB está distribuindo a título de juros sobre o capital próprio, a importância de R\$16.512 mil, imputados ao total dos dividendos devidos.

Nota 19 ó Resultado do Exercício

O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2012, a Companhia apurou o lucro de R\$69.895 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$69.522 mil.

Nota 20 ó Patrimônio Líquido

a) Capital Social: O Capital Social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

b) Reserva Legal: Com base no parecer nº 1.113/STN/COPAR/GEAFE, de 20/09/2011, foi efetuado o complemento da Reserva Legal apurada sobre o resultado do exercício de 2009, no valor de R\$1.088 mil. Sobre o lucro líquido auferido no exercício de 2012, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, foi constituída a Reserva Legal no valor de R\$3.476 mil.

c) **Reserva de Retenção do Lucro:** Em 31 de dezembro de 2012, foi constituída a reserva de retenção do lucro, no valor de R\$49.534 mil, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

Nota 21 ó Diversos Responsáveis em Apuração

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para as contas Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão em sua maioria nos estados de Mato Grosso e Paraná, e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal ó AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2012, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições nas rubricas 01.9.9.1.3.04.00 ó Débitos de Terceiros em Prest. de Serviços e 01.9.9.1.3.05.00 - Responsáveis por Danos ou Perdas, o saldo do grupo aumentou para R\$61.637 mil.

Em R\$ mil	
Exercício	Saldo
2011	34.997
2012	61.637

Nota 22 ó Benefícios Concedidos aos Empregados

a) Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios CONAB, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios ó CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto CONAB de Seguridade Social ó CIBRIU, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da CONAB, vigente para o exercício de 2012 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A CONAB, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2012, foram amortizadas 225, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contratos de Serviços nos exercícios de 2011 e 2012, respectivamente, foi de R\$26.986 mil e R\$14.941 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora CONAB, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar ó Previc. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

b) Serviço de Assistência à Saúde ó SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a CONAB oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde ó SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela CONAB e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2011/2012, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2012, a CONAB gastou com o SAS, o montante de R\$26.340 mil, beneficiando 4.452 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2012, referente à participação financeira dos empregados é de R\$15.137 mil.

Nota 23 ó Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados

De acordo com a Resolução Nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra õeõ, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2012 e 2011, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício	
	2012	2011
Maior Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Menor Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Maior Remuneração Empregado	27.220,73	25.170,39
Menor Remuneração Empregado	1.131,31	884,31

Salários Médios	Exercício	
	2012	2011
Dirigentes	23.945,89	23.884,29
Empregados	3.150,45	2.642,62

Nota 24 ó Termos de Cooperação Técnica

a) Programa de Revitalização ó PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento ó PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da CONAB objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de

Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da CONAB (PMTI); c) aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da CONAB (GeoSafras); d) estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2011 e 2012, foram executadas com recursos próprios da CONAB, da Secretaria de Produção e Agroenergia ó MAPA/FUNCAFÉ e Coordenação Geral de Orçamento e Finanças/MAPA e os recursos repassados estão assim demonstrados:

Descrição	Em R\$ mil	
	Exercícios	
	2012	2011
Repasses ó Recursos Próprios	4.369	2.420
Repasses ó Recursos FUNCAFÉ/MAPA	1.243	798
Repasses ó Coord.-Geral de Orç. Fin. /MAPA	472	0
Total de Repasses	6.084	3.218

b) Programa de Aquisição de Alimentos ó PAA

A Companhia, por força dos õTermos de Cooperação Técnicaõ mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome ó MDS e do Desenvolvimento Agrário ó MDA, atendeu 1.180 municípios e 128.804 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 297 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos nº 6.447, de 07/05/2008 e nº 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$666.083 mil no ano de 2012.

Brasília ó DF, 31 de dezembro de 2012.

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53